



EDIÇÃO COMEMORATIVA

# MERCOSUL

## 30 ANOS

1991 - 2021

Autores:

Argentina: Chanceler Felipe Solá  
Brasil: Chanceler Ernesto Araújo  
Paraguai: Chanceler Euclides Acevedo  
Uruguai: Chanceler Francisco Bustillo

**MERCOSUL 30 Anos: 1991 - 2021.**  
**Edição Comemorativa**

**Autores**

Pela Argentina: Chanceler Felipe Solá  
Pelo Brasil: Chanceler Ernesto Araújo  
Pelo Paraguai: Chanceler Euclides Acevedo  
Pelo Uruguai: Chanceler Francisco Bustillo

**Organização**

*Comissão de Representantes Permanentes do  
MERCOSUL (CRPM)*

Mariano Kestelboim  
Bruno de Rísios Bath  
Didier Olmedo  
Ana Inés Rocanova

*Secretaria do MERCOSUL*

Luiz Gonzaga Coelho Jr.- Diretor

*Unidade de Comunicação e Informação do  
MERCOSUL (UCIM)*

Facundo Landívar - Coordenador Executivo

**Design Gráfico**

Gabriella Nunes / Unidade de Comunicação e  
Informação do MERCOSUL (UCIM)

*Foto: Unidade de Comunicação e Informação do  
MERCOSUL (UCIM)*

**Data de Publicação**

26 de março de 2021

Copyright © 2021. MERCOSUR - MERCOSUL.  
Todos os direitos reservados.

**[www.mercosur.int](http://www.mercosur.int)**

# Índice

01  Argentina	02
<hr/>	
MERCOSUL, uma construção dinâmica para “ser martelo” <i>Chanceler Felipe Solá</i>	
02  Brasil	13
<hr/>	
Virtude de origem <i>Chanceler Ernesto Araújo</i>	
03  Paraguai	24
<hr/>	
MERCOSUL, marco transcendental na história de nossos países <i>Chanceler Euclides Acevedo</i>	
04  Uruguai	35
<hr/>	
MERCOSUL: nossa história <i>Chanceler Fancisco Bustillo</i>	

# Argentina

*Chanceler Felipe Solá*



# MERCOSUL, uma construção dinâmica para “ser martelo”

Em 26 de março de 2021 completam-se 30 anos da assinatura do Tratado de Assunção. Ao longo desses 30 anos, nossos países, a região e o mundo sofreram mudanças de grande magnitude. Em nível regional o MERCOSUL foi - como causa e consequência - maior ou menor protagonista dessas mudanças. O conceito da integração americana não começou com o MERCOSUL, mas, sem dúvida, se consolidou a partir de sua criação.

Em todo esse tempo, rios de tinta e florestas de papel foram investidos para corrigir, criticar, enaltecer, orientar, modificar e consolidar o funcionamento da mais profunda e ampla iniciativa integradora que a região já teve. Busco, com esta avaliação e estas propostas, promover uma reflexão sobre o MERCOSUL e sobre a integração econômica como instrumento para o desenvolvimento econômico e social da região; uma reflexão que mobilize a ação para que as mudanças dos próximos 30 anos nos aproximem finalmente a uma pátria e a uma região mais justas, livres e soberanas.

---

**“A paz é uma condição necessária para o desenvolvimento e a integração com nossos vizinhos.”**

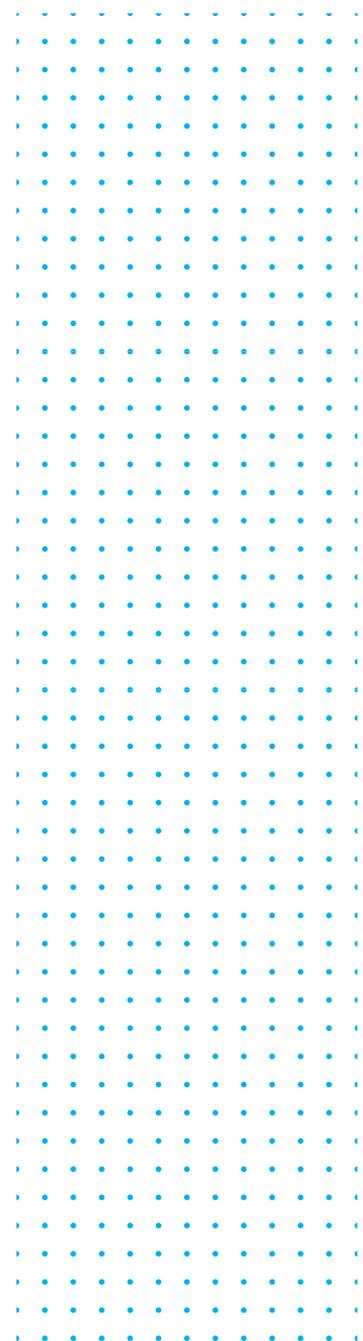
## O que se conquistou nesses 30 anos

Ainda que seja um reconhecimento já incorporado, convém reconhecer, em primeiro lugar, a contribuição do processo de integração à consolidação da democracia e de um espaço de paz na região. O Tratado de Assunção, independentemente de sua clara orientação comercial, consolida o rumo estabelecido a partir da Ata de Iguazu de 1985 e os esforços dos governos democráticos daquela época em deixar para trás visões geopolíticas que selaram a história da região durante boa parte do século XX.

A percepção do vizinho como um sócio permitiu abordar muitas situações com melhores perspectivas, não só liberando recursos, mas incrementando-os, mediante esses vínculos, para o alcance de objetivos de política doméstica. A paz, que se consolidou definitivamente em nossa região, é uma condição necessária para o desenvolvimento e a integração com nossos vizinhos. A integração também foi instrumental para a consolidação da democracia republicana, o repúdio à violência e o respeito dos direitos humanos na região.

Em segundo lugar, o Tratado de Assunção foi uma das causas do aumento das relações econômicas e comerciais entre os países membros. O comércio e os investimentos intra-MERCOSUL tiveram um crescimento muito significativo, especialmente durante a primeira década do Tratado de Assunção. Por outro lado, o perfil do comércio intrazona se diferenciou do extrazona por seu maior conteúdo industrial e tecnológico. Apesar das críticas, que veremos mais adiante, o MERCOSUL mostrou capacidade de adaptação às circunstâncias, renovando sua agenda para buscar enfrentar as assimetrias que atuaram durante esse tempo como uma limitação à consolidação da união aduaneira e buscando, por etapas, reverter um enfoque fortemente baseado no comércio para revalorizar a política industrial.

Por outro lado, e relacionado aos dois aspectos anteriores, o MERCOSUL foi importante para a criação de uma densa trama de interesses sociais em nível regional. Além do evidente aumento das relações comerciais, ocorreu um grande desenvolvimento do turismo regional e um fortalecimento dos vínculos culturais, educacionais e idiomáticos. O crescente interesse em conectar-se com os outros países para passear, estudar, investir, trabalhar e enriquecer-se culturalmente apresentou, nesses 30 anos, diferentes desafios à agenda do MERCOSUL e contribuiu



para uma percepção positiva do vizinho, a ponto de podermos falar atualmente de uma “cidadania MERCOSUL”.

Outro ativo do MERCOSUL é a visibilidade que alcançou nesses 30 anos, tanto para dentro como para fora de suas fronteiras. Com altos e baixos que coincidiram, certamente, com seus momentos de maior ou menor força, a criação do MERCOSUL contribuiu para a internalização do conceito integrador e para a percepção internacional da região como uma zona de democracia, paz e potencialidade de desenvolvimento. Cada um de nossos países pode desempenhar um papel no âmbito internacional, mas juntos desenvolvemos uma voz mais forte e de maior peso no âmbito mundial.

## O que faltou nesses 30 anos

Ao observar as cifras de comércio, percebe-se que, nos últimos anos, o comércio intrazona foi perdendo relevância para as economias do bloco. Por outro lado, com exceção do setor automotivo, o MERCOSUL tendeu a substituir o comércio industrial regional por importações extrazona. Ademais, as importações extrazona têm maior conteúdo tecnológico que as intrazona. Com respeito às exportações extrazona, há uma forte concentração em produtos primários que coincide com o crescente protagonismo da China como sócio comercial do MERCOSUL.

Isso quer dizer que, com exceção do setor automotivo – paradoxalmente excluído das regras do MERCOSUL –, a região não pôde desenvolver cadeias industriais de valor, nem aumentar o valor agregado de suas exportações. Vários dos conflitos comerciais intra-MERCOSUL que ocorreram ao longo desses 30 anos se deveram à incapacidade da região de promover um desenvolvimento industrial internacionalmente competitivo.

Em sua origem, o Tratado de Assunção foi negociado com base em um esquema fortemente relacionado com o chamado “Consenso de Washington”, um modelo que confiava em que os países da região se desenvolveriam a partir da realização de suas vantagens comparativas estáticas. Foi parte de um projeto de ancoragem de reformas econômicas neoliberais, que incluiu também a consolidação de compromissos de abertura tarifária de bens industriais e serviços na Rodada Uruguai e a aceitação de cláusulas de proteção de investimentos que limitariam seriamente as possibilidades de desenvolvimento da Argentina nos anos seguintes.

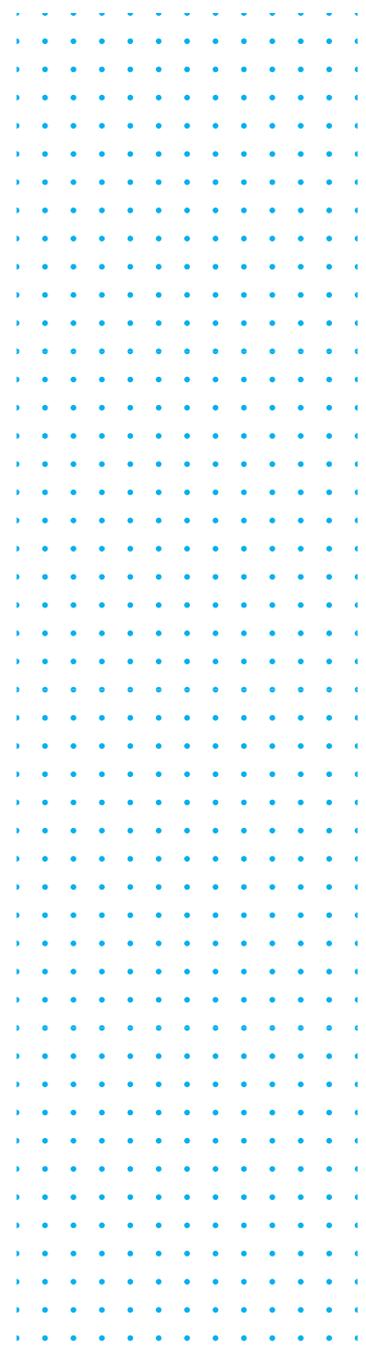
As limitações do Tratado de Assunção ficaram claras logo após as crises que sacudiram a região e que afetaram fortemente o MERCOSUL entre 1999 e 2002. Os governos dos Estados Partes buscaram soluções em uma nova agenda, que compensasse a marcada orientação neoliberal do Tratado de Assunção com uma maior ênfase na integração produtiva e no tratamento das assimetrias. Buscava-se, de certa forma, redefinir uma distribuição dos benefícios da integração e dotar o MERCOSUL de instrumentos para fortalecer o desenvolvimento industrial e gerar cadeias de valor regionais.

No entanto, essa mudança na visão dos governos que, ao menos em termos gerais, foi dominante entre 2003 e 2015, não conseguiu reverter os resultados em termos de desenvolvimento da estrutura industrial. A partir de 2016, o retorno a um discurso e a uma orientação mais próximos ao MERCOSUL original confirmaram um padrão comercial que não conseguia contribuir para o desenvolvimento industrial regional. Como muitas vezes ao longo desses 30 anos, o reconhecimento da importância do MERCOSUL ou da integração regional não encontrou um reflexo nas políticas e medidas tomadas pelos governos.

A discussão sobre as assimetrias, claramente relacionada à distribuição dos benefícios da integração, tem sido outra constante nesses 30 anos. O enfoque original do Tratado de Assunção cristalizou uma determinada matriz produtiva que respondia às fortes assimetrias estruturais e políticas existentes no momento de sua assinatura. Após a crise anteriormente citada, ao discutir-se a necessidade de redistribuir os custos e benefícios da integração, o MERCOSUL começou a pensar em soluções para esses problemas.

A mais clara foi a criação do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), o primeiro mecanismo de financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento social que visava à redução das assimetrias no bloco. O FOCEM é uma ferramenta poderosa que sofreu das dificuldades financeiras que afetaram a região e os seus Estados Partes.

Outra das discussões recorrentes durante esses 30 anos do MERCOSUL é sobre as instituições do processo de integração. A maior parte da estrutura institucional do MERCOSUL se baseia no Protocolo de Ouro Preto, um instrumento de 1994 que responde à lógica de formação de um mercado comum. Desde então, acompanhando a inclusão de temas na agenda, foram incorporando-se novas instâncias institucionais, o que, em geral, ocorreu de maneira dispersa e pouco orgânica.



## Como encarar os próximos 30 anos

A questão sobre “os futuros possíveis do MERCOSUL” passa por diferentes debates, que têm a ver com o papel atribuído por cada um dos países membros à integração regional em seu modelo de desenvolvimento, com a maneira com que se utiliza a massa crítica de integração para um melhor futuro individual e coletivo e com quais são os pontos fortes e fracos que devemos considerar para elaborar uma estratégia integracionista exitosa. Isso requer uma série de reflexões e ideias sobre o que devemos fazer dentro e fora do MERCOSUL. A discussão não é sobre ampliar, aprofundar ou flexibilizar, mas de que maneira podemos construir um processo de integração que seja instrumental para o desenvolvimento sustentável de cada um de nossos países.

O MERCOSUL sempre se baseou nos princípios da “intergovernamentalidade” e do “consenso” na tomada de decisões: dois eixos que explicam resultados relevantes e limitações frustrantes.

### Para dentro do MERCOSUL

Apesar das múltiplas declarações sobre o MERCOSUL como “política de Estado”, não deixa de ser necessária a pergunta sobre qual é o objetivo que cada país atribui ao MERCOSUL e de que maneira são utilizados, por cada um dos membros, os instrumentos que o processo de integração adiciona à sua “caixa de ferramentas” para o alcance de seus objetivos políticos.

Uma das críticas com as quais o MERCOSUL se deparou nesses anos é que a perda de autonomia por ele gerada não se viu compensada de maneira equitativa pelos ganhos obtidos por cada um de seus membros de forma individual.

O Tratado de Assunção previa que a ampliação do mercado traria uma melhor distribuição dos recursos e uma melhoria na capacidade de negociação que compensaria qualquer perda eventual em termos de autonomia da política tarifária. Mas não foi assim, motivo pelo qual o MERCOSUL teve que começar a discutir como distribuir de outra maneira os custos e os benefícios da integração. Essas discussões levaram a uma ampliação da agenda, mas sempre baseada na estrutura original de uma série de organismos que reportavam ao Grupo Mercado Comum e ao Conselho Mercado Comum.

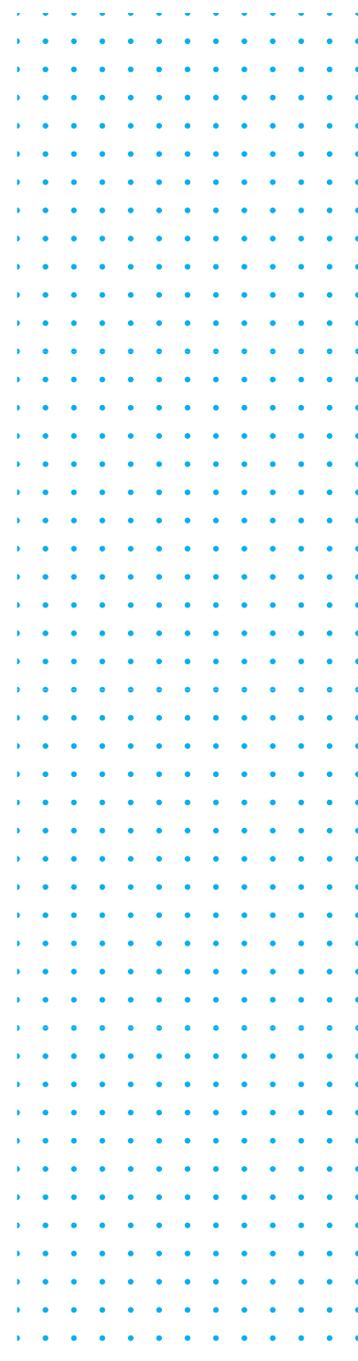
Essa ampliação da agenda tomou, às vezes, um rumo de refundação que implicou, em várias oportunidades nesses 30

anos, um eterno e recorrente começo ou relançamento. Para que o MERCOSUL avance, é preciso substituir essa lógica de refundação por uma lógica cumulativa, que consolide os avanços de cada etapa, ainda que parciais e não necessariamente lineares. Para que o MERCOSUL possa continuar vigente, não somente se deve prestar atenção às prioridades de cada um dos membros, mas também às oportunidades que se apresentam, tanto para a convergência interna como para o avanço do MERCOSUL para fora.

Está claro que o MERCOSUL requer uma agenda integral que, sem deixar de lado o comércio, permita “aumentar a torta” da integração para gerar benefícios equitativos aos sócios, mas suficientemente pequena para não dispersar os esforços. Somente assim pode-se assegurar um apoio de todos os membros ao esforço de ação coletiva que a integração demanda.

Os países do MERCOSUL estamos em uma região rica em matérias-primas e alimentos. Somos uma zona de paz e temos recursos humanos de qualidade. Temos, no entanto, uma enorme dívida social com grande parte de nossos povos, que continuam padecendo de situações escandalosas de desigualdade e pobreza. A agenda do MERCOSUL deve ser útil para superar essas situações e, para isso, deve incluir a formulação de ferramentas para recuperar a indústria e para criar emprego genuíno de qualidade que devolva a dignidade do trabalho às nossas populações; a facilitação de escala para a pesquisa, a ciência e a tecnologia; e a construção de infraestrutura que permita a integração real dos territórios; a interconexão energética para aproveitar as múltiplas fontes de energia, renováveis e não renováveis, que temos em nossa extensa pátria grande.

Não se trata de cair na discussão teórica sobre aprofundamento, flexibilização ou ampliação. Haverá temas nos quais poderemos ser mais profundos, temas nos quais deveremos ser mais flexíveis e temas que deveremos ampliar para que seu tratamento seja ideal. Os marcos teóricos da integração, baseados na experiência europeia de integração econômica, se mostraram insuficientes ou inadequados para analisar e dar respostas às realidades da integração de um continente com realidades geográficas, históricas, políticas, econômicas e sociais muito diferentes das europeias. Nem sempre os marcos teóricos nos ajudam a entender e a transformar a realidade que temos.



Devemos discutir em conjunto de qual estrutura necessitamos para que essa agenda avance. O MERCOSUL conta com uma massa crítica de integração, sobre a qual podemos construir e incorporar outros avanços na região, os quais têm que ser capitalizados. Pensemos, por exemplo, na infraestrutura, onde a coordenação dos Estados Partes e Estados Associados é essencial para priorizar obras de conectividade e logística que respondam, principalmente, aos objetivos de desenvolvimento territorial, tanto em nível nacional como regional. O trabalho da UNASUL, da IIRSA e do COSIPLAN poderia ser retomado a partir de alguma estrutura ad hoc do MERCOSUL, que poderia funcionar como núcleo básico tanto para esse tema como para outros que requerem a ação conjunta de todos os países da América do Sul. Energia, segurança, defesa, meio ambiente e mudança do clima, saúde, inovação tecnológica, infraestrutura e logística são outros temas nos quais o MERCOSUL pode fornecer uma matriz básica de interesses comuns sobre a qual se construa uma cooperação sul-americana mais ampla.

É importante construir uma agenda que seja independente da convergência ideológica dos governos dos Estados Partes. Embora o processo de integração tenha se beneficiado, por vezes, de contar com governos ideologicamente afins, a realidade demonstrou que em regimes democráticos, onde a alternância é o normal, uma agenda de construção regional não pode se apoiar exclusivamente nessa afinidade. Em seu discurso na Escola Geral de Guerra, no ano de 1953, ao falar da necessária união entre nossos países, o General Perón advertiu que "... os homens passam e os governos se sucedem, mas os povos ficam" agregando que nenhuma união que tenha vindo pelos governos "pôde cristalizar alguma realidade". Para que a união se arraigue nos povos, tem que dar soluções a seus problemas reais – que hoje, em nossa região, são a desigualdade, a pobreza, a desindustrialização e o desemprego.

É verdade que a forma das instituições e as agendas nunca são totalmente independentes de uma ideologia, mas entre a aspiração de um protagonismo revolucionário e a resignação de um pragmatismo municipal há um caminho de realizações úteis para o povo, de maior ou menor magnitude, mas que permitem ir sempre em frente. No mesmo discurso já citado, o General Perón também disse que "as uniões devem ser realizadas pelo procedimento que é comum: primeiramente há que conectar algo; depois, as demais conexões vão se formando com o tempo e com os acontecimentos".

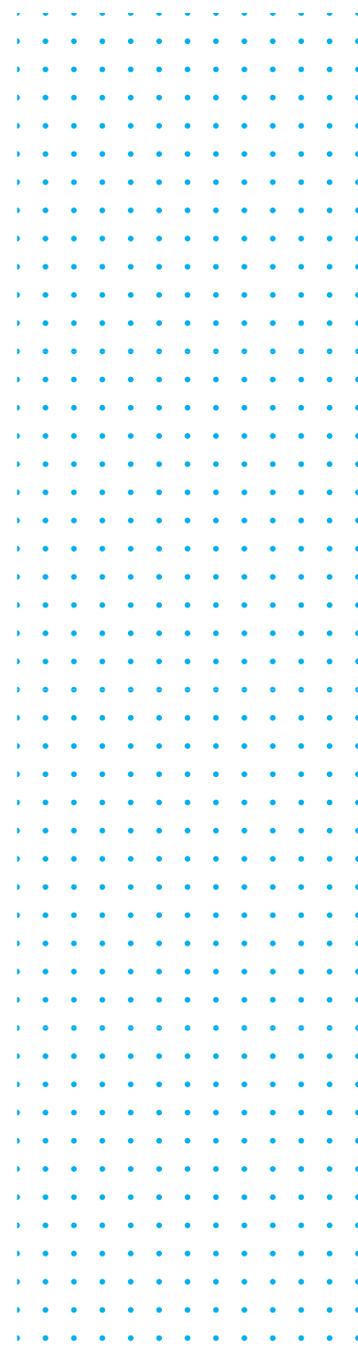
## Fora do MERCOSUL

O mundo é muito diferente do de 30 anos atrás. O surgimento da China, o avanço da digitalização e da inteligência artificial, a reconfiguração do poder mundial e a debilitação do sistema multilateral de comércio aliada à política de desenvolvimento de acordos comerciais exercida pelas grandes potências econômicas apresentam desafios para a inserção da Argentina e da região no mundo que não estavam na imaginação de quem planejou o MERCOSUL há 30 anos. Além disso, a situação causada pela pandemia de COVID-19 surpreendeu um mundo que, apesar do enorme progresso tecnológico dos últimos anos, ainda não vê a saída para esta crise.

A pandemia colocou o mundo em uma situação paradoxal na qual se exacerba o egoísmo nacionalista diante de uma necessidade enorme de cooperar, além das próprias fronteiras, para resolver o problema.

A atual crise sanitária mundial provocada pela COVID-19 encontrou o MERCOSUL com algumas de suas ferramentas tradicionais de coordenação e ações conjuntas, mas que, em alguns casos, não foram suficientes diante de uma pandemia de proporções inéditas. Aprofundou-se o intercâmbio de informação, a coordenação de aspectos migratórios, as associações para a pesquisa, a combinação de poder de compra de elementos de diagnóstico, tratamento e vacinas, como foi o caso do “Projeto FOCEM Pesquisa, Educação e Biotecnologia da Saúde”, que contribuiu para a cooperação em meio à pandemia. Mas a pandemia inédita, sem ter todos os instrumentos à disposição, obrigou a uma reavaliação das ações dos quatro países do MERCOSUL em termos de pesquisa e desenvolvimento, produção para a saúde, logística e infraestrutura.

A ação conjunta perante o mundo deveria ser parte essencial de um MERCOSUL dinâmico. Não é necessário repetir o que temos em comum, como a história, a geografia e as realidades sociais. O MERCOSUL deve ser um elemento da inserção internacional de cada um de seus membros, porque qualquer vocação mundial requer uma base sólida na região e uma tomada de posição sobre os problemas regionais. O mundo nos vê como parte de uma região, isso é uma realidade e devemos trabalhar com ela para obter os melhores resultados possíveis em nossas relações com o resto do planeta.



Ao mesmo tempo, a região tem realidades próprias que não se compreendem adequadamente na formulação dos temas emergentes em nível mundial. A América do Sul não pode continuar sendo um receptor de receitas e prioridades formuladas fora da região. Não se trata de uma confrontação ideológica nem de uma reafirmação messiânica de independência, mas de ter um papel afirmativo e propositivo e de conseguir que a voz da região seja ouvida nos temas que nos importam e nos quais somos relevantes. Por exemplo, nenhuma agenda de segurança alimentar deveria poder prescindir da opinião dos maiores fornecedores de alimentos do mundo.

Qualquer discussão sobre energia deveria incluir países com importantes reservas de energia não renovável e enorme potencial de energia renovável. O MERCOSUL deveria ser a base para essa voz comum em diferentes foros como o G20, a OMC ou a FAO, entre outros.

Temos que ser capazes de formular opiniões próprias nos temas emergentes, reforçando nossa identidade grupal e otimizando recursos e respostas. Isso não implica ter estratégias idênticas, mas sim tentar torná-las convergentes para melhorar nosso poder de negociação.

Os temas são múltiplos e variados. Pensemos na relação com a China, por exemplo, que apresenta à região o risco de voltar a um esquema de intercâmbio de produtos primários por produtos industrializados; ou a realidade de uma participação cada vez menor da região no fluxo de assistência para o desenvolvimento, sem mencionar os temas mais tradicionais como a injusta discriminação do comércio agrícola no sistema multilateral de comércio.

Em termos mais convencionais do relacionamento externo do MERCOSUL, a negociação com a União Europeia nos dá uma base para continuar avançando na agenda comercial externa. Temos um amplo leque de opções, que deveria estar sempre relacionado aos objetivos centrais do MERCOSUL de diversificar nossa base produtiva e exportadora com vistas a superar a situação de desigualdade e pobreza de nossos povos.

Apesar das pressões do lobby anti-integração, o MERCOSUL nunca abandonou as negociações conjuntas. Podemos avançar e retomar a discussão interna sobre as assimetrias e a distribuição dos benefícios, priorizar os países da região e do Sul

e envidar esforços para unir nossas vozes nos debates emergentes da nova agenda comercial internacional.

## Conclusão

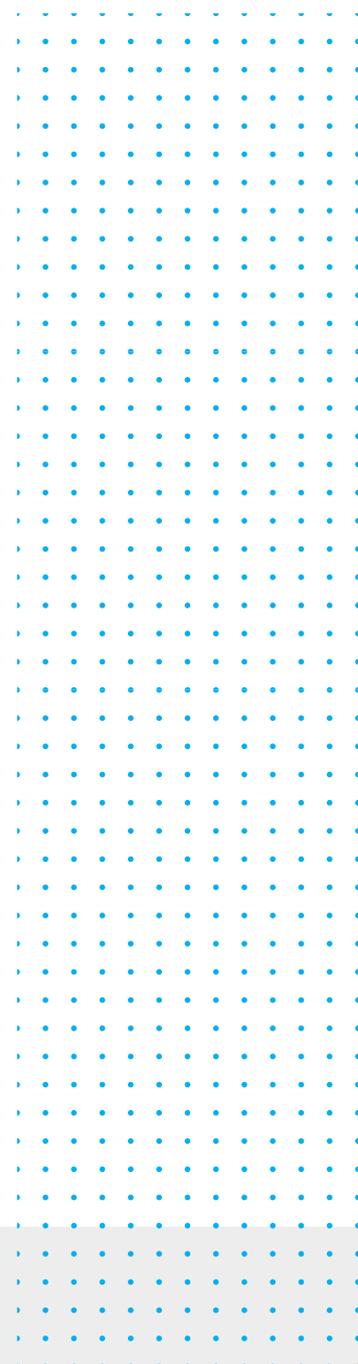
Robert Schuman, um dos pais da integração europeia, disse uma vez que a Europa não seria feita de uma vez, nem de acordo com um plano único, mas seria construída por meio de realizações concretas. Embora o conceito de MERCOSUL seja diferente do de Europa, a frase pode sim ser aplicada à integração ou união da América do Sul.

Com estas linhas, busco contribuir para um processo de reflexão que se impõe 30 anos depois da assinatura do Tratado de Assunção. É verdade que estamos atravessando uma crise sem precedentes na história da humanidade, mas talvez seja uma oportunidade. Não temos que esperar condições ideais para fazer o que deve ser feito. Parafraseando Santo Agostinho, não há tempos maus, nós somos os tempos e como nós formos serão os tempos. Há pouco escrevi, em outro contexto, que a pior posição é a de quem espera.

O MERCOSUL é uma ferramenta que os governos da região temos para buscar nosso desenvolvimento. Para a Argentina, pode ser um instrumento de transformação positiva da realidade. Para isso, requer-se construir uma agenda de consensos básicos, a partir das necessidades concretas de nossos povos. Devemos definir um MERCOSUL que responda às necessidades e aos problemas atuais.

Ao longo desses 30 anos houve ideias e visões diferentes sobre o MERCOSUL. Mas a ideia da integração nunca foi abandonada. Cada etapa trouxe resultados que são a realidade com a qual nos movemos e sobre a qual temos que continuar construindo. O MERCOSUL deve avançar com todos, respeitando as dissidências e incorporando-as à ação, quando possível.

Há 30 anos iniciou-se um desses esforços que o General Perón pediu para que chegássemos ao ano 2000 “em condições um pouco melhores do que aquela que nos poderá contemplar o destino ou enquanto formos bigorna, que suporta os golpes, e não formos em algum momento martelo, que também dá um golpe por sua conta”.





# Brasil

*Chanceler Ernesto Araújo*

# Virtude de origem

Quando os chefes de estado de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai se reuniram trinta anos atrás, em Assunção, para assinar o acordo que daria origem ao MERCOSUL, o mundo passava por grandes transformações. Soprava então um vento de liberdade que derrubava barreiras e renovava a esperança em um futuro melhor para a humanidade. A queda do Muro de Berlim marcava o triunfo da democracia liberal sobre o totalitarismo e a prevalência do livre mercado sobre o dirigismo econômico.

Em movimento análogo, o MERCOSUL nasceu de um impulso de liberdade que animava os países do Cone Sul, assim como do esgotamento do modelo econômico protecionista praticado na região. O primeiro fruto desse novo momento foi a reaproximação entre o Brasil e a Argentina, que daria início a um ciclo virtuoso, atraindo o Paraguai e o Uruguai para o que viria a ser o MERCOSUL.

Ao firmar o Tratado de Assunção, os quatro mandatários do bloco nascente reconheciam no livre comércio e na abertura para o mundo a melhor via para buscar o bem-estar dos seus cidadãos.

---

**“O MERCOSUL nasceu do impulso de liberdade que animava os países do Cone Sul.”**

A liberdade política e econômica está, portanto, no DNA do nosso projeto integracionista. Esse vetor, que esteve na origem do agrupamento, constitui, hoje, o eixo da agenda de modernização que o Brasil leva adiante junto com os sócios de integração. Uma agenda de modernização que, ao estar assentada no binômio “democracia-abertura”, resgata e renova o espírito fundacional do MERCOSUL.

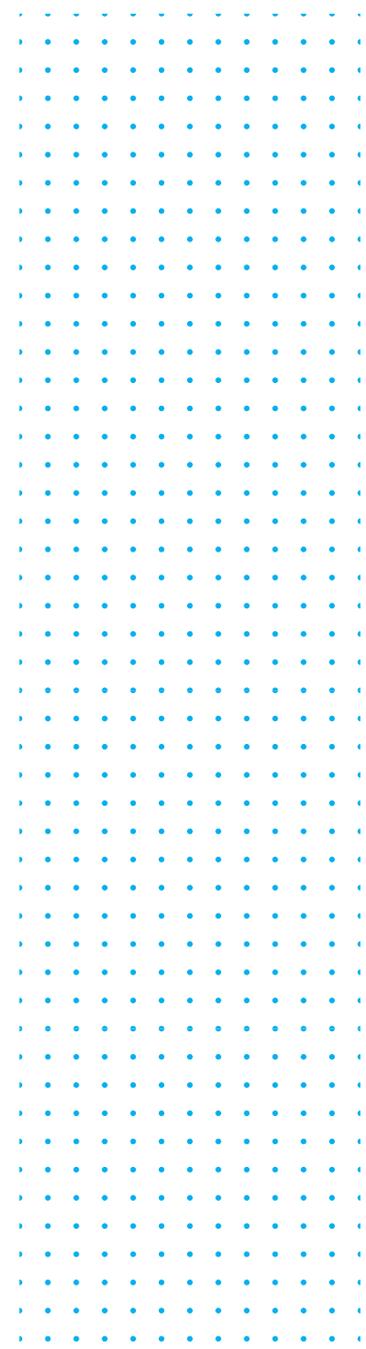
Neste artigo, desejo apresentar a perspectiva do Brasil sobre o MERCOSUL, com ênfase na política que o governo do Presidente Jair Bolsonaro tem desenvolvido para o projeto de integração regional. Orientarei minhas reflexões ao longo dos seguintes eixos: primado da democracia; negociações externas; negociações internas; agenda ampla: benefícios concretos; institucionalidade: mais eficiência, menos burocracia; e caminho para o futuro.

Deixo aqui uma nota pessoal: ingressei no nível inicial da carreira diplomática em dezembro de 1991. Participei diretamente dos primeiros momentos de construção do MERCOSUL. Trabalhei com os temas da integração em etapas subsequentes da carreira. Assisti aos altos e baixos desse processo e confio na capacidade dos países membros de adaptá-lo aos desafios do presente.

## Primado da democracia

O MERCOSUL reconhece nos valores democráticos um dos seus pilares. Em 1992, na Declaração Presidencial de Las Leñas, os presidentes do bloco fixaram que a plena vigência das instituições democráticas é condição indispensável para a existência e o desenvolvimento do MERCOSUL. O compromisso democrático, primeiramente expresso em Declaração Presidencial de 1996, ganhou força de lei com o Protocolo de Ushuaia, de 1998. A suspensão da Venezuela, em 2017, demonstra claramente a adesão dos membros do MERCOSUL a essa obrigação contratual.

Durante o governo do Presidente Jair Bolsonaro, o Brasil estabeleceu a defesa da democracia como eixo fundamental de sua política externa, em especial a defesa da democracia em nossa região. Além de seu valor intrínseco, a estabilidade democrática no bloco e em sua vizinhança é fundamental para o desenvolvimento econômico e social.



Lamento que o MERCOSUL não esteja desempenhando o papel de canal privilegiado para o tratamento do tema da democracia, por falta de visão comum e de consenso. Foi preciso buscar outros foros regionais, como o PROSUL, o Grupo de Lima e a OEA, para trabalhar em conjunto com os países americanos por eleições livres, respeito às instituições e para evitar violações de direitos humanos. Assim fizemos no caso da Venezuela e de vários outros episódios que ameaçavam nossa região. É nossa expectativa e desejo que essa lacuna seja sanada e que, algum dia, em breve, o MERCOSUL volte a ser o foro privilegiado e a ter voz comum em prol da democracia.

Atuar na defesa da democracia requer, nos dias de hoje, atenção crescente ao combate do crime organizado transnacional e do terrorismo, sob suas várias facetas, que buscam infiltrar-se, muitas vezes articulados entre si, nos sistemas políticos da região.

## Negociações externas

Outro pilar fundamental do MERCOSUL é o livre comércio. Nos últimos anos, as negociações de acordos comerciais conduzidas pelo MERCOSUL no plano internacional têm assumido um peso cada vez maior, ao mesmo tempo em que vêm exercendo impacto significativo sobre a evolução da agenda interna do bloco.

O MERCOSUL sempre alimentou o propósito de promover não apenas a integração entre seus membros, mas igualmente a inserção internacional do bloco nos planos regional e global. Essa faceta evidenciou-se tão logo o bloco se constituiu em união aduaneira. De 1995 a 2005, o MERCOSUL concluiu uma rede acordos comerciais com todos os países da América do Sul, exceto a Guiana e o Suriname. Esses acordos, que continham programas de liberalização escalonada no tempo, levaram à constituição, em janeiro de 2019, de uma área de livre comércio de fato na América do Sul, o que constitui inegável contribuição do MERCOSUL para a integração latino-americana, objetivo inscrito, aliás, no Tratado de Assunção.

Nos anos 2000, o MERCOSUL finalizou acordos comerciais com países de fora da região sul-americana: com a Índia, em 2005; com a União Aduaneira da África Austral-SACU, em 2008; e de livre comércio com Israel, em 2007; com o Egito, em 2010; e com a Palestina, em 2011. A retomada, em 2016, das tratativas do Acordo de Associação com a União Europeia, lançadas em 1999

marcou uma nova etapa das chamadas “negociações extrarregionais” do MERCOSUL.

O bloco passou a negociar não apenas o comércio de bens, mas também o de serviços, investimentos e compras governamentais; e a assumir compromissos nas mais variadas disciplinas, tais como propriedade intelectual, comércio e desenvolvimento sustentável e empresas estatais. Adotou enfoque centrado em acordos abrangentes de livre comércio e buscou negociar também com parceiros desenvolvidos e de maior competitividade econômica.

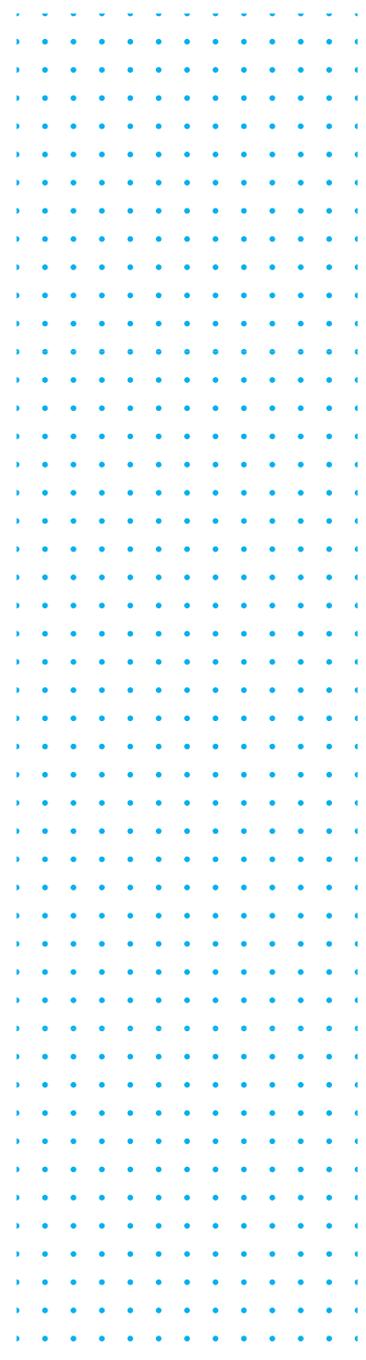
O MERCOSUL lançou, desde então, novas frentes negociadoras com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA, na sigla em inglês), em 2017; o Canadá, a Coreia do Sul e Singapura, em 2018; e o Líbano, em 2019.

A agenda externa ganhou particular dinamismo no governo Bolsonaro, que se mobilizou, desde o seu início, para atualizar a posição brasileira em todas frentes negociadoras, com ênfase naquela com a UE. Beneficiado por um alinhamento de perspectivas entre seus membros, o MERCOSUL finalizou os acordos de livre comércio com a UE, em junho de 2019, e com a EFTA, em agosto, os primeiros concluídos pelo bloco com mercados do mundo desenvolvido.

O Brasil enxerga o avanço das negociações comerciais externas como parte fundamental da sua política de competitividade e abertura da economia nacional. A meta é obter mais mercados para nossas exportações e acesso a importações baratas e de alto conteúdo tecnológico, que sirvam de insumo para produtores e exportadores nacionais e atendam às demandas dos consumidores, em uma dinâmica que incremente a participação do Brasil nas cadeias regionais e globais de valor e atraia investimentos.

Em 2020, o MERCOSUL avançou nas diversas frentes negociadoras, ainda que em ritmo mais lento em razão da pandemia de COVID-19. Concluiu o diálogo exploratório com o Vietnã e avançou naquele em curso com a Indonésia, além de ter mantido contatos com possíveis contrapartes, como a Índia, o Japão e o Reino Unido.

Na América do Sul, praticamente concluída a tarefa de remoção das barreiras tarifárias, o livre comércio é aprofundado mediante negociações que abrangem sobretudo os temas não-



tarifários, como compras governamentais, serviços e facilitação do comércio. O governo brasileiro reconhece no espaço latino-americano área de interesse estratégico, em sintonia com as prioridades do setor privado nacional.

Não têm faltado vontade e ambição da parte do Brasil em sua agenda comercial para a região, do que é exemplo a implementação, em nossa administração, do livre comércio automotivo com o México. Na esfera regional, cabe também destacar a promissora aproximação entre o MERCOSUL e a Aliança do Pacífico, a prioridade dada à internalização e à execução do amplo acordo de temas não tarifários entre o Brasil e o Chile e a aposta na expansão da fronteira de acordos de comércio do MERCOSUL para o espaço centro-americano e caribenho.

## Negociações internas

No campo econômico-comercial, o MERCOSUL pode ser visto como mecanismo de dinamização do comércio e dos investimentos entre seus membros e como plataforma para a inserção competitiva do bloco nos mercados internacionais. Em ambas as dimensões – interna e externa –, o MERCOSUL pretende ir além da liberalização comercial *stricto sensu*, para incluir formas mais amplas e profundas de articulação de estratégias e políticas que aumentem nosso poder de competição – via preços e qualidade – e reforcem nossa atratividade como parceiro comercial e de investimentos.

Nos anos 1990, a liberalização comercial intrabloco e a fixação da Tarifa Externa Comum (TEC), que garantiu margem de preferência para os operadores econômicos dos membros em relação a terceiros, tiveram impacto imediato e significativo nas relações comerciais entre os sócios do MERCOSUL.

Embora o ritmo de expansão inicial não tenha sido mantido, a relevância do MERCOSUL para o Brasil permanece. Em 2020, o comércio do Brasil com os demais estados partes só foi inferior aos montantes registrados com a China, os Estados Unidos e a União Europeia. Do total exportado aos sócios no último ano, 93% relaciona-se à indústria de transformação. Isso significa dizer que, a cada US\$ 10 exportados ao MERCOSUL, US\$ 9 foram pela indústria; em relação ao comércio total do Brasil, essa relação é de aproximadamente 1 para 5. Para alguns importantes produtos, o bloco representa o principal mercado. Não espanta, portanto, a contínua prioridade atribuída pelo setor

produtivo nacional ao MERCOSUL.

Ao longo do tempo, contudo, verificou-se redução da participação do MERCOSUL no comércio internacional do Brasil, que passou de 11,2%, em 2010, para 5,9%, em 2020. São diversos os elementos que explicam essa desaceleração recente, entre os quais se poderiam destacar o descompasso e a tendência negativa dos ciclos econômicos dos membros do bloco, a ascensão da China como parceira comercial dos países da região e a ausência de novas oportunidades e incentivos decorrentes da integração regional.

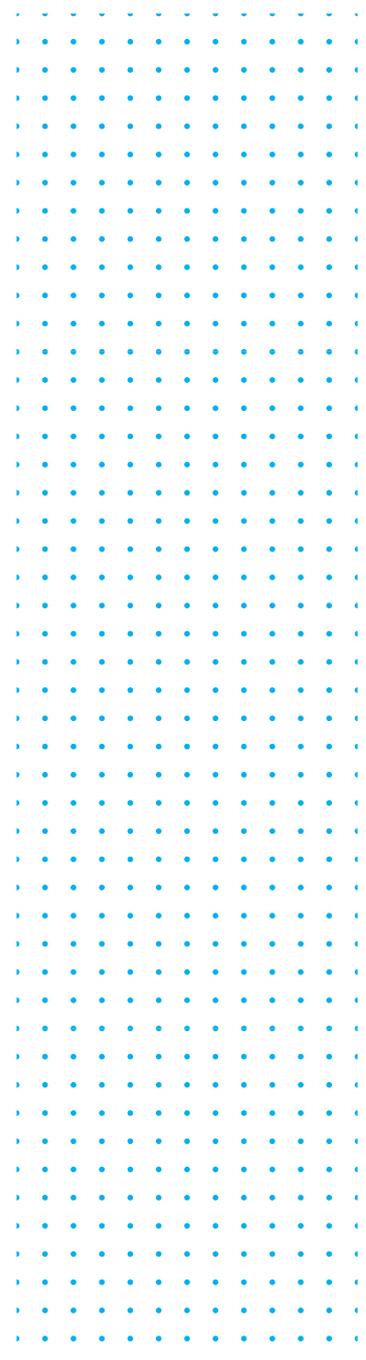
Houve, nos anos 2000, um período de certa paralisa da agenda econômico-comercial do MERCOSUL, com pouco apetite para a negociação de acordos comerciais com terceiros e a acentuação de tendências protecionistas no interior do bloco, o que contribuiu para a manutenção de lacunas, exceções e acomodações no projeto de integração.

A partir de 2016, percebe-se um movimento de reversão progressiva desse quadro, marcado por esforço de remoção de entraves subsistentes às trocas intrazona e pela conclusão dos protocolos sobre cooperação e facilitação de investimentos e sobre compras governamentais, em 2017.

Esse movimento reforça-se com o governo Bolsonaro, que busca aprofundar o resgate da vocação original do bloco para o livre comércio. Reflete-se, por um lado, na dinamização das negociações externas do bloco e, por outro, nos trabalhos para atualizar a Tarifa Externa Comum (TEC) e fortalecer o arcabouço normativo econômico-comercial. Em ambos os casos – negociações externas e revisão da TEC – o governo brasileiro vê o MERCOSUL como aliado do processo de reformas internas em curso no país.

O processo de revisão da TEC iniciou-se já em março de 2019, a partir de iniciativa brasileira. Em seus 25 anos de existência, o mecanismo nunca passou por uma reforma abrangente em seus níveis e estrutura. O exercício tem como objetivo transformar a TEC em instrumento efetivo de competitividade e produtividade. Temos buscado avançar na tarefa, que é necessariamente complexa, com pragmatismo e flexibilidade.

Os progressos obtidos na frente externa têm servido para impulsionar a agenda interna do bloco. Contribuíram para a maior receptividade à ideia de revisão da TEC, bem como para a reto



mada das atividades do Comitê Automotivo em 2019, paralisado havia 15 anos, e do Grupo Açucareiro, em 2020, após 19 anos inativo.

Durante a presidência brasileira do MERCOSUL, no segundo semestre de 2019, vários acordos em temas não tarifários foram facilitados por essa dinâmica virtuosa entre o externo e o interno, como o acordo de facilitação do comércio, para agilizar e desburocratizar as operações de comércio exterior; e o acordo sobre reconhecimento mútuo de indicações geográficas, para proteger e conferir diferencial de competitividade a produtos tradicionais, como o vinho do “Vale dos Vinhedos”. Segundo a mesma dinâmica, foi concluído, em dezembro passado, o acordo sobre comércio eletrônico do MERCOSUL.

Outra vertente prioritária de integração refere-se à convergência e à harmonização de regulamentos técnicos, que têm o duplo objetivo de eliminar barreiras desnecessárias e atender a preocupações com a qualidade, a segurança e a saúde, e constituem condição indispensável para uma inserção vantajosa na economia do século XXI. O governo brasileiro tem-se empenhado em modernizar as regras e os procedimentos do MERCOSUL, do que é exemplo a adoção, na presidência de turno brasileira, do Marco Geral para as Iniciativas Facilitadoras do Comércio no MERCOSUL, que oferece vias ágeis e flexíveis para solucionar problemas concretos derivados de aspectos regulatórios.

## Agenda ampla: resultados concretos

O Brasil valoriza outros aspectos da integração no âmbito do MERCOSUL, para além do terreno comercial. O governo do Presidente Jair Bolsonaro tem buscado explorar essa dimensão do MERCOSUL com o propósito de produzir resultados palpáveis para os cidadãos, sem apelar à retórica vazia nem à realização de reuniões apenas para cumprir tabela.

O patrimônio de realizações do MERCOSUL na agenda não comercial é sólido: o bloco facilitou a circulação de pessoas, estendeu a possibilidade de recebimento de benefícios previdenciários em diferentes estados partes, agilizou o processo de reconhecimento de títulos de ensino médio e universitário, estimulou a mobilidade acadêmica e adensou a cooperação em áreas como a consular, a jurídica, a de meio ambiente e a de

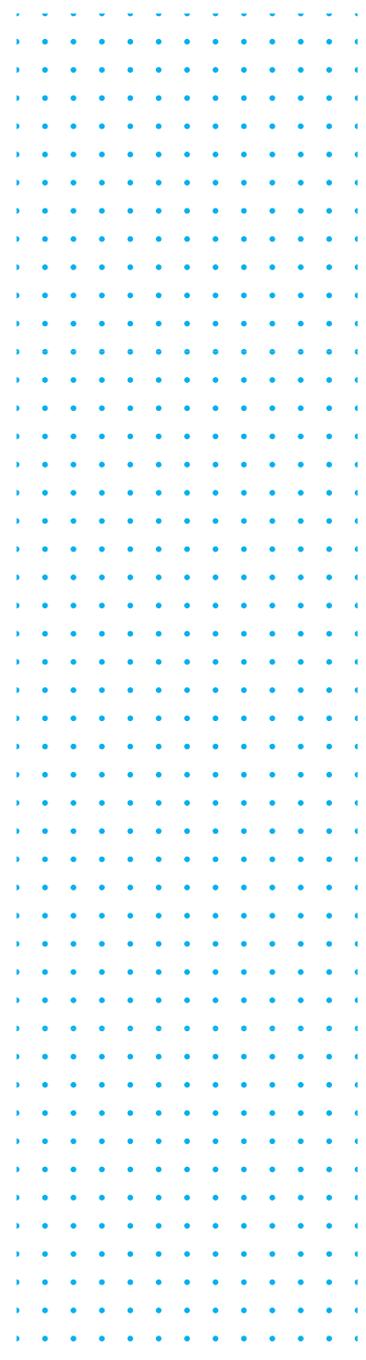
combate ao crime transnacional, além de ter favorecido o intercâmbio de atividades culturais. Tem importante contribuição em temas de direitos humanos, combate ao racismo, direitos dos povos indígenas e nos relativos à condição das mulheres e à defesa do consumidor.

A fronteira é um espaço que tem recebido especial atenção nos últimos anos, como a realidade talvez mais visível da integração. Durante a última presidência brasileira, assinamos o Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas e o Acordo de Cooperação Policial Aplicável aos Espaços Fronteiriços. O primeiro instrumento cria, para os moradores de cidades gêmeas nas fronteiras, facilidades em matéria de acesso a serviços de saúde e educação, transporte de mercadorias de subsistência e circulação de pessoas. Já o segundo reforça a cooperação entre autoridades policiais na vigilância e no combate ao crime transnacional em zonas de fronteira; e prevê inclusive a possibilidade de que as autoridades policiais atravessem a fronteira quando em perseguição de criminosos. Por meio desses benefícios tangíveis, o cidadão pode entender o MERCOSUL e vê-lo como reforço das políticas públicas domésticas.

As muitas e concretas contribuições do MERCOSUL ao cidadão serão coligidas em documento a ser lançado na comemoração dos trinta anos do bloco, o Estatuto da Cidadania do MERCOSUL. O Estatuto compilará os direitos e benefícios conferidos aos cidadãos dos estados partes pelas normas do bloco. Terá como objetivo facilitar a comunicação de tais direitos e benefícios, evidenciando o impacto do MERCOSUL sobre o dia a dia das pessoas.

Um exemplo da contribuição do MERCOSUL para o bem-estar geral e a redução dos desníveis socioeconômicos entre os sócios consiste nos projetos apoiados pelo Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL, o FOCEM. Desde sua criação, o Fundo investiu mais de US\$ 1 bilhão em dezenas de projetos, como estradas, ferrovias e linhas de transmissão elétrica.

Mais recentemente, foram alocados pelo FOCEM US\$ 16 milhões para o combate à COVID-19, mais especificamente para a compra de insumos, equipamentos de proteção individual e kits para a rápida detecção do vírus. Também foram empregados para o desenvolvimento de técnica de sorodiagnóstico, com o objetivo de contribuir para o conhecimento do grau de difusão da pandemia na população dos estados partes.



## Institucionalidade: mais eficiência, menos burocracia

A agenda de modernização levada adiante pelo MERCOSUL a partir de 2019 inclui, com o firme apoio do Brasil, um pilar institucional. Várias reformas estão em curso para enxugar a estrutura burocrática do bloco, cortar despesas e dar maior racionalidade e transparência ao seu funcionamento. O Brasil busca, aqui, alinhar o MERCOSUL às diretrizes que pautam a reforma do estado em curso no país.

Reduziram-se quase 20% das instâncias burocráticas existentes no MERCOSUL, aprimoraram-se as formas de participação do setor privado e instituíram-se mecanismos de mensuração da produtividade, para avaliar a contribuição dos foros à integração e aperfeiçoar a prestação de contas à sociedade. Modernizaram-se os métodos de trabalho, com o maior emprego de videoconferências e da assinatura digital. Com isso, já reduzimos o custo do MERCOSUL em cerca de 34% nos últimos anos. A reforma institucional transformou-se em item permanente da agenda do bloco.

## Caminho para o futuro

Trinta anos depois, pode-se afirmar que o MERCOSUL continua a mobilizar ativamente seus integrantes. Houve significativos avanços registrados nesse período: defesa da democracia; expansão do comércio e dos investimentos; benefícios concretos para o cidadão em uma variedade de temas; contribuição para a paz e a prosperidade na América do Sul; maior projeção internacional dos seus membros.

Ao mesmo tempo, o MERCOSUL tem que lidar com as expectativas da sociedade diante das suas dificuldades de percurso e das promessas não cumpridas. Barreiras tarifárias e não tarifárias permanecem. Não avança suficientemente a convergência de regras e regulamentos. Os progressos são, frequentemente, lentos e parciais, e muito afetados por oscilações nas conjunturas políticas e econômicas. Há, ainda, grande desconhecimento a respeito da importância e dos resultados do bloco.

Evidentemente, a complexidade é traço inerente a projetos de

integração profunda. Isso é tanto mais verdade no caso do MERCOSUL, que envolve países ainda às voltas com grandes desafios para seu desenvolvimento interno, submetidos a um padrão muito cíclico de crescimento, e com nítidas assimetrias entre si. Não foi sem razão que o Tratado de Assunção consagrou a “gradualidade, flexibilidade e equilíbrio” como princípios orientadores do esforço integracionista.

Hoje, porém, a continuidade do processo de abertura e integração à economia global requererá grande prioridade e exigirá mudanças adicionais e capacidade de adaptação, sob pena de o MERCOSUL perder relevância e ser visto como empecilho e não como solução.

No último ano, apesar de diferenças de perspectiva em relação a certos temas da agenda econômico-comercial, os sócios do MERCOSUL conseguimos evitar impasses que poderiam prejudicar o funcionamento do bloco. O processo decisório do agrupamento é baseado no consenso, mas cumpre sempre modulá-lo com o pragmatismo e com a visão política, para que sejamos capazes de avançar. É preciso, ademais, ter sempre presente que se aceitamos e convivemos, há três décadas, com certas imperfeições e falhas, por necessidades da conjuntura política e econômica de cada país, temos que ser capazes de continuar adaptando o MERCOSUL à realidade que enfrentamos, para não perder oportunidades.

O Brasil espera que o trigésimo primeiro ano do bloco seja marcado por avanços nas negociações comerciais externas em curso e pelo lançamento de novas frentes negociadoras, já baseadas, caso necessário, na flexibilidade que permitirá que os tempos de uns não atrapalhem os tempos de outros. Esperamos, também, que se avancem as reformas que há muito se fazem necessárias, como a da TEC e das regras de origem. As dificuldades criadas pela pandemia devem ser estímulo adicional aos nossos esforços e à nossa criatividade, e a ênfase deve ser em resultados concretos na esfera econômica e comercial.

Em síntese, temos de garantir que o MERCOSUL continue a ser um instrumento útil e que faça sentido para seus membros. Para isso, devemos manter sempre vivo nosso compromisso com seus valores fundacionais: a democracia, o livre comércio e a abertura ao mundo.

# Paraguay

*Chanceler Euclides Acevedo*



# MERCOSUL, marco transcendental na história de nossos países

A ocasião da celebração do trigésimo aniversário da assinatura do Tratado de Assunção, que formalizou o esforço integrador das economias e sociedades de nossa sub-região, oferece uma excelente oportunidade para expressar os íntimos sentimentos, desejos e expectativas da República do Paraguai com relação aos fins e objetivos do MERCOSUL e para valorizar o rico inventário de conquistas alcançadas nestas três primeiras décadas, bem como os desafios a superar para a concretização do Mercado Comum do Sul.

Nossa intrínseca vinculação com o bloco parte do grande simbolismo decorrente de que Assunção, capital da República do Paraguai, foi a cidade que assistiu ao advento de um processo de altíssima consideração estratégica, destinado a ser um marco transcendental na história de nossos países.

A vocação integradora de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai já vinha sendo demonstrada desde meados do século passado, testemunhada no Acordo de Montevideu de 1960, que criou a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), sendo promovida pelo Tratado de Montevideu de 1980 à Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).

---

**“O MERCOSUL é para Paraguai sua passarela para o grande cenário do comércio internacional.”**

Março de 1991 surpreende nossa região em um cenário de abertura política, após superar décadas ignominiosas de marca autoritária, com a motivação de somar esforços sob a inspiração dos paradigmas daquela época, que propugnavam, entre outros motivos, o regionalismo aberto e a liberalização progressiva e recíproca dos intercâmbios comerciais.

Essa oportuna conjunção de razões políticas e econômicas estava perfeitamente alinhada com a intenção de superar a realidade paraguaia de ter circunscrito o essencial de seu comércio exterior ao entorno de seus países vizinhos. O MERCOSUL se constituiu, para o Paraguai, em passarela para acessar o grande cenário do comércio internacional, considerando que nosso país apenas em 1995 passara a fazer parte do Sistema Multilateral de Comércio.

Por isso, além das razões de nosso enclausuramento geográfico, descrito magnificamente pelo escritor paraguaio Augusto Roa Bastos como sendo “uma ilha rodeada de terra”, a integração regional se impunha de maneira inexorável, sendo um imperativo e não dando lugar a outra opção. Na visão paraguaia, as fronteiras nos unem, não nos separam. e, então, impulsionamos a construção de pontes e não de muros.

Esta oportunidade de comemorar trinta anos de trabalho compartilhado, frutificado em importantes avanços para nossas economias, graças à soma de experiências, conhecimentos e muita inventividade, é sumamente gratificante, considerando o ambicioso e complexo objetivo, desafio que assumimos em março de 1991.

A primeira etapa, transcorrida até 1994, com a adoção da estrutura institucional e de instrumentos essenciais da política comercial comum, além dos numerosos compromissos de relacionamento externo; e as seguintes etapas, tais como o relançamento no ano 2000, o programa de trabalho 2003-2006 e a década de atividades baseada na Decisão 56/10, marcaram o desenvolvimento do futuro do MERCOSUL, em cujo transcurso, também juntos, enfrentamos grandes dificuldades, como, por exemplo, pelas crises econômicas que afetaram nossa região no fim do século passado.

Claramente, a agenda do MERCOSUL se desenvolveu contando com quatro pilares principais:

- 1- O pilar econômico comercial
- 2- O pilar jurídico e institucional
- 3- O pilar de relacionamento externo
- 4- O pilar de superação das assimetrias

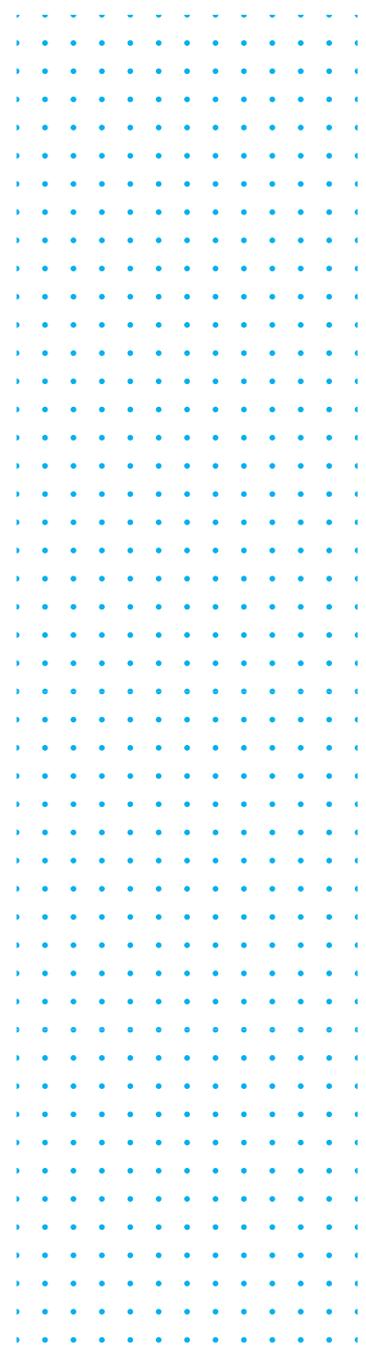
São inegáveis os importantes esforços dedicados, bem como as conquistas obtidas nestas três décadas. No entanto, elas ficam minimizadas diante da grande envergadura do desafio de toda construção comunitária. Daí a justificativa da frase proferida uma vez, por um Presidente de um Estado Parte, de que diante dos maiores problemas do MERCOSUL se impõem maiores trabalhos ao MERCOSUL.

Trinta anos de tarefa conjunta deixam uma vasta experiência de valiosa utilidade para olhar para o futuro, considerando as realidades do mundo atual. Foi formidável o trabalho em prol de harmonizar economias e mercados de diferentes dimensões e características, e o MERCOSUL foi sumamente criativo para encontrar fórmulas que permitam avançar considerando as nossas realidades individuais, sempre buscando a equação que satisfaça oportunidades e desafios, vantagens e ameaças, mesmo quando foi inevitável deixar algum setor com expectativas não atendidas.

Três décadas nos deixam a lição do que podemos fazer, no que deveremos insistir e, provavelmente, do que deveríamos desistir. O conhecimento gerado entre os Estados Partes neste período de vida em comum faz com que possamos ter noção de nossas potencialidades e limitações, de nossas ambições e restrições, do que devemos e do que podemos.

Uma atualização do MERCOSUL é oportuna considerando que, entre 1991 e 2021, foram se transformando os paradigmas que impulsionaram nossa integração em sua gênese. Sem dúvidas, o mundo mudou; as tendências da economia, as práticas comerciais hoje vivem uma nova realidade. Importantes lições, por exemplo, nos deixou a pandemia de Covid-19, ao forçar a aceleração do comércio eletrônico ou do desenvolvimento da agenda digital.

Por isso surge o dever de renovar nosso compromisso com a integração regional, respeitando a essência, o espírito e a letra do Tratado de Assunção, porém, adaptando-nos às exigências da atualidade.



Em matéria econômica e comercial, faz-se necessária uma adequação de seus principais instrumentos. É totalmente justificada a revisão da tarifa externa comum à luz do que foi vivido desde 1995 até hoje, bem como é inadiável colocar em dia nossos conceitos sobre o regime de origem, para conseguir uma inserção competitiva nos mercados internacionais e para consolidar-nos como uma das mais importantes plataformas produtivas do mundo. Também com esse objetivo, nossas normas técnicas deverão estar em sintonia com as regras atuais em nível mundial.

Em nossa condição de grandes fornecedores de agroalimentos, deveremos levar em conta o direito dos consumidores sobre a qualidade de nossos produtos que vão às suas mesas e, na mesma linha, nossa produção agropecuária deverá observar os mais exigentes padrões de respeito ao meio ambiente.

O cotejo de nossos compromissos nas negociações externas e nos acordos celebrados nos oferece uma importante lista de disciplinas que deverão ser objeto de harmonização dentro do bloco.

A temática tarifária deve ser objeto de uma importante atualização, considerando a coincidência de visões com respeito à abertura de nossas fronteiras comerciais e à adaptação às tendências globais de comércio. São conhecidas as circunstâncias em que foi adotada a tarifa externa comum do MERCOSUL, além da consciência de que os níveis tarifários de nosso bloco estão acima da média das economias do mundo.

No entanto, na busca do referido objetivo, não deverá ser esquecida a necessidade de encontrar o justo equilíbrio entre o acesso a insumos e mercadorias com menor custo e a necessária proteção de nossas indústrias nacionais, além de atender convenientemente os processos negociadores em andamento.

Deve-se ter um cuidado essencial no processo de revisão da tarifa externa do MERCOSUL com a vigência de regimes especiais de naturezas diversas, que são de suma utilidade para que tanto as economias maiores como as menores do bloco possam contar com a margem de manobra necessária para atender possível rigidez que os instrumentos e medidas nacionais possam determinar.

A vigência desses regimes, no caso particular do Paraguai, per-

mite contar com elementos de competitividade essenciais, considerando o tamanho de nossa economia, e de nosso mercado e os níveis de desenvolvimento industrial, necessários para aproveitar as oportunidades da integração sem esquecer os incrementos de custos relacionados com a condição do Paraguai de país sem litoral. Atualmente, contar com eles é determinante para a participação do Paraguai no MERCOSUL.

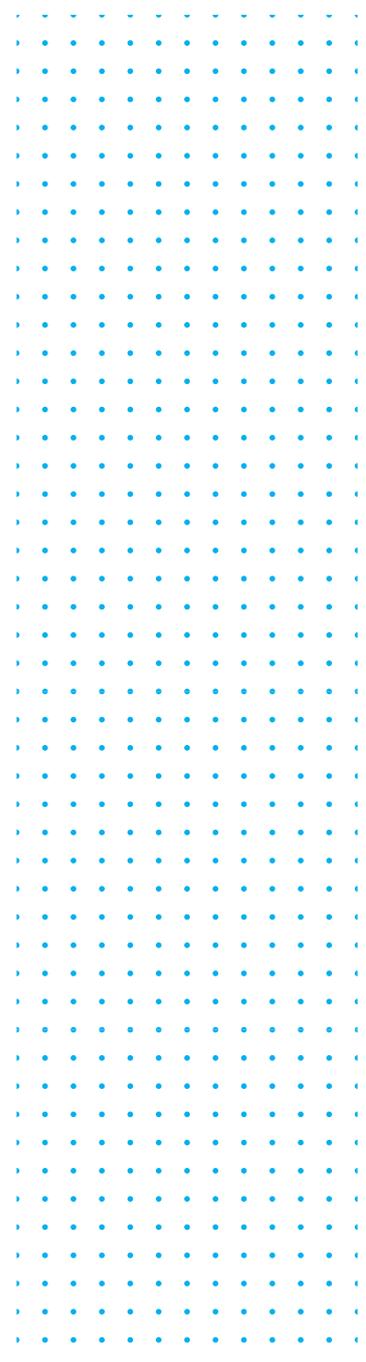
Todo processo de integração regional deve contar, em sua estrutura, com um pilar dedicado a atender as necessidades especiais de suas menores economias. No MERCOSUL, após algumas tímidas medidas de tratamento diferenciado no período de adequação, apenas no ano de 2003 renderam frutos os esforços para dotar-nos de medidas de apoio em matéria comercial e para a convergência estrutural. Na perspectiva paraguaia, é crucial o cuidado com essa dimensão da construção comunitária.

Esses direitos adquiridos, por assim dizer, têm base em valores e princípios reconhecidos, tanto no âmbito multilateral do comércio como em nível regional. Recordemos que a ALADI reconhece ao Paraguai uma dupla condição assimétrica, por ser um país de menor desenvolvimento econômico relativo e por não contar com litoral marítimo, situação que afeta os termos para acessar competitivamente os mercados internacionais.

Um elemento de necessária atenção ao planejar o MERCOSUL do futuro é o de concentrar as relações econômicas e comerciais entre os Estados Partes no âmbito do MERCOSUL, isto é, do ACE 18 e deixar de lado a recorrência à via bilateral, no entendimento de que qualquer medida adotada entre os Estados Partes inevitavelmente tem efeito em todo o bloco.

Da mesma forma e à luz dos trinta anos de experiência compartilhada, o elemento da supranacionalidade deve ser definido, considerando sua gravitação como elemento de todo mercado comum. Este também será o momento propício para tomar decisões a respeito do nosso grau de ambição em matéria de integração regional, definindo se seremos uma área de livre comércio, uma união aduaneira ou um mercado comum.

Para o Paraguai, a integração regional é um imperativo, por isso, manteremos uma atitude ambiciosa com respeito ao escopo e à



profundidade do processo.

Reconhecemos os temas jurídicos e institucionais como um pilar fundamental de sustentação do MERCOSUL e atribuímos toda prioridade à permanente evolução de nosso acervo normativo regional, em consonância com os avanços de nosso esforço integracionista. Para uma relação entre pares, nada é mais indicado que contar com regras justas, equitativas, transparentes e previsíveis.

Há tarefas cada vez mais inadiáveis relacionadas à vigência das normas adotadas no MERCOSUL, mencionando-se, frequentemente, que um número importante de normas adotadas pelos órgãos decisórios não estão em vigor por falta de cumprimento dos requisitos internos de cada país.

Nas atuais circunstâncias, o relacionamento externo se constitui no braço articulado da internacionalização do bloco, que é uma alta prioridade com a qual coincidem os Estados Partes do MERCOSUL.

A ampliação do leque de nossos intercâmbios comerciais, com novas e diversas contrapartes e nos termos dos acordos comerciais de última geração, é um passo ineludível que o MERCOSUL deve dar diante das frequentes críticas, próprias e alheias, perante um passivo tão notável nessa matéria ao longo destas três décadas.

Ampliar nossas fronteiras comerciais não somente expande o horizonte aos nossos produtos, mas também nos permite reduzir o custo de nossos insumos, nos torna mais competitivos e nos dá maiores possibilidades de incorporar-nos às cadeias globais de valor.

O Paraguai tem acompanhado decididamente os diferentes exercícios de relacionamento externo para a concretização dos acordos regionais de complementação econômica, no âmbito da ALADI, dos acordos de preferências fixas e dos acordos de livre comércio e de seus respectivos mecanismos de administração, também nas negociações já concluídas, nos processos em andamento e na definição de eventuais novas frentes negociadoras.

Das lições aprendidas nessa matéria, defendemos que as ações

em matéria de relacionamento externo devem ser executadas conjuntamente, convenientemente analisadas, devendo impor-se o critério da relação custo-benefício, considerando interesses genuínos e descartando segundas intenções.

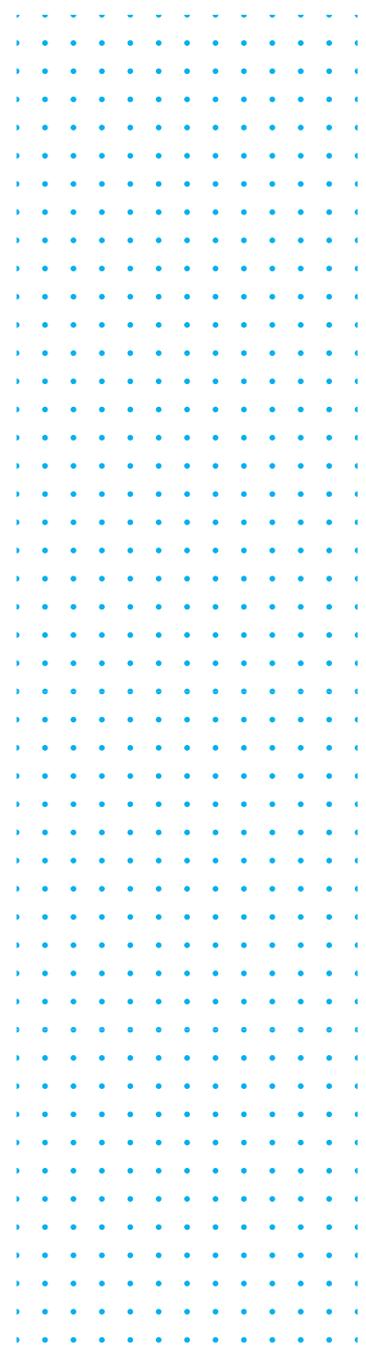
Com respeito à intenção de flexibilizar o relacionamento externo, recorrentemente mencionado em diversos períodos, o Paraguai sustenta que isso está diretamente relacionado com a constituição de um Mercado Comum, o qual implica a adoção de uma política comercial comum com relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados, conforme o estabelecido no artigo 1º do Tratado de Assunção.

É parte do entendimento de que a soma dos mercados dos quatro Estados Partes, o Mercado Comum, é um patrimônio comunitário que não pode ser objeto de disposição de maneira individual por nenhum Estado Parte.

O principal atrativo do bloco para terceiros países radica no mercado unificado, por seu tamanho, sua dimensão ou suas capacidades de consumo.

A superação das assimetrias é uma exigência capital para o aperfeiçoamento da integração regional, motivo pelo qual uma tarefa essencial e constante consiste na elaboração, adoção, implementação e monitoramento das medidas tendentes a mitigar e resolver os efeitos perniciosos das diferenças de peso e tamanho entre os Estados Partes, e que têm direta relação com as capacidades de cumprir os compromissos ou de aproveitar as oportunidades geradas pelo processo.

O MERCOSUL levou em consideração esse conceito desde o início, ao determinar ritmos e graus diferenciados para as economias menores na execução do cronograma de desgravação durante a etapa de convergência. No entanto, foi no final de 2003 que foi reconhecido o conceito do tratamento das assimetrias no âmbito do MERCOSUL, mediante a adoção de diversas medidas de natureza comercial, tais como o estabelecimento de regimes especiais, o tratamento diferenciado em matéria de regras de origem e o tratamento preferencial nas negociações externas; porém, o acontecimento mais significativo foi a criação do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), concebido para fomentar a convergência estrutural



dos Estados Partes mediante o financiamento não reembolsável de projetos de infraestrutura, desenvolvimento de competitividade ou fortalecimento institucional dos Estados Partes, ajustando tanto os aportes como as contribuições de maneira proporcional às realidades em matéria de desempenho das respectivas economias.

São inegáveis as conquistas do MERCOSUL em prol de seus objetivos fundacionais nestes trinta primeiros anos, mas devem reconhecer-se as dificuldades de alcançar propósitos de grande ambição em um cenário de disparidades. Inegavelmente, houve avanços no que tange à livre circulação de bens e serviços, mediante acordos de natureza tarifária ou de aspectos regulatórios.

Também são evidentes os avanços quanto aos demais elementos do artigo 1º do Tratado de Assunção, porém deverão ser objeto de renovados esforços a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, a harmonização normativa e a redução das assimetrias.

Em um rápido olhar sobre nossas atividades, desde 1991 até hoje, parece que nossos trabalhos deram preferência à harmonização em matéria de comércio de bens, motivo pelo qual é imperativo o enfoque de nossos trabalhos com maior prioridade às novas tendências do comércio mundial, como o comércio de serviços, o comércio eletrônico e o desenvolvimento da agenda digital.

A ponderação que o comércio de serviços tem nos PIB de nossos quatro países justifica o mencionado acima, e um auspicioso rumo iniciou-se nesse sentido, com o recente lançamento da Oitava Rodada de Negociações em Matéria de Serviços do MERCOSUL.

Os desafios impostos pela pandemia de Covid-19 foram enfrentados favoravelmente, mediante as compras online ou as entregas a domicílio, o que ressaltou a importância de aprofundar esses aspectos no âmbito comunitário e, dessa forma, dar um passo na mesma direção à qual se dirige a humanidade.

Muito do mencionado nestes parágrafos já vinha se desenvolvendo no âmbito das negociações do acordo de livre comércio

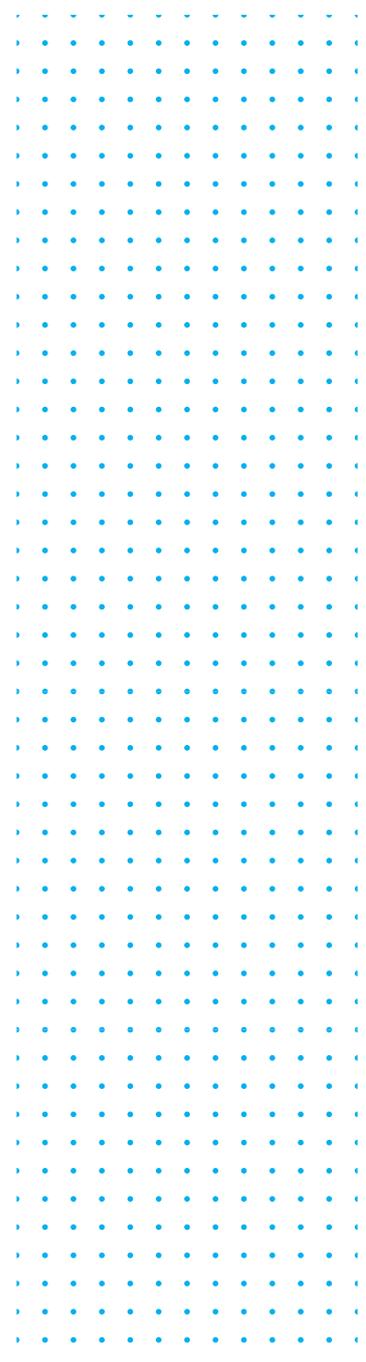
em andamento, motivo pelo qual sua incorporação ao acervo mercosulino é inexorável. Com esse tipo de iniciativas, dotaremos nossa estrutura de integração regional de outros importantes pilares para sustentá-la e promovê-la.

A fim de nos posicionarmos com uma visão de futuro, é enriquecedor considerar a inteligência e a clarividência de nossos antecessores, considerando esse sentimento de irmandade regional que palpita permanentemente nos corações de argentinos, brasileiros, paraguaios e uruguaios.

Recordamos que a criação do Sistema da Bacia do Prata, no fim dos anos 60, serviu de pontapé inicial para outros adventos de nossa vida em comum, e assim foram surgindo entendimentos em matéria de livre circulação dos rios internacionais, de aproveitamento múltiplo e equitativo de nossos recursos hídricos, de integração física e de infraestrutura, os quais foram se concretizando em instituições, tais como o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), o Sistema de Transporte Fluvial da Hidrovia dos rios Paraná e Paraguai, a administração conjunta do Aquífero Guarani, para citar alguns, sendo o MERCOSUL a cúspide nessa estrutura de construção comunitária regional.

As mencionadas entidades, com suas respectivas competências e jurisdições, deveriam propender, no futuro próximo do MERCOSUL, a um permanente diálogo de coordenação e de intercâmbio de experiências exitosas, de maneira que as tarefas de umas e outras se complementem, se apoiem e se fortaleçam, em benefício dessa região da América.

Devido às nossas características de produtores de agroalimentos em grande escala em nível mundial, a logística e os transportes são elementos-chave para nossa competitividade global. Nesse ponto, adquire importância essencial a adoção e a implementação de instrumentos e mecanismos de facilitação de comércio, baseadas no Acordo de Bali da OMC e, especialmente, no Acordo de Facilitação de Comércio do MERCOSUL, que nos permitam agilizar o cruzamento de fronteiras, a circulação por terceiros territórios e as escalas nos portos ultramarinos, permitindo uma operação a menor custo e sem demoras, apoiando-nos nas eficientes ferramentas tecnológicas e digitais hoje disponíveis para simplificar procedimentos aduaneiros e esquemas de controle.



Em nosso arranjo regional apresenta-se uma equação lógica cujos componentes básicos são a integração econômica mediante a integração produtiva, graças à integração física e priorizando a integração fronteiriça.

Quaisquer que sejam os setores de intervenção, a complementariedade de nossas vantagens e capacidades deverá ser o recurso permanente nos esforços do MERCOSUL.

Na execução do projeto MERCOSUL, o entusiasmo e o ímpeto integracionista de nossas sociedades talvez tenham ultrapassado a letra do Tratado de Assunção, mas estiveram imbuídos em sua inspiração integradora. Dessa forma e além dos fins meramente econômicos e comerciais, desenvolveram-se uma dimensão política, cujas diretrizes surgem do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL, uma dimensão em matéria de Direitos Humanos e outra em matéria de Desenvolvimento Social, que em seu conjunto, tendem a constituir o MERCOSUL Cidadão.

O grande desafio nos próximos anos do MERCOSUL será consolidar um genuíno sentimento mercosulino em suas sociedades e uma convicção de um destino comum no imaginário de cada cidadão de nossos países, os quais nos permitirão superar as limitações de um enfoque meramente intergovernamental.

Toda proposta relacionada com o futuro de nosso bloco jamais deverá significar um retrocesso quanto a conquistas e direitos gerados no processo de integração. Todo esforço por um MERCOSUL do futuro deverá significar a soma e o aperfeiçoamento em nossa ambição de integração regional.

Destacamos que 30 anos de trabalho compartilhado são a melhor mostra da capacidade de nossos cidadãos e governantes de assumir desafios e aproveitar oportunidades juntos, unidos em uma identidade e inspiração comuns, como o caminho mais idôneo para alcançar uma melhor qualidade de vida, presente e futura.



# Uruguai

*Chanceler Francisco Bustillo*

# MERCOSUL: nossa história

Neste 26 de março celebramos os 30 anos de assinatura do Tratado de Assunção, um marco na história da integração regional. Nesta data recordamos o início de um processo de integração ambicioso que construiu, de forma conjunta, objetivos, princípios e normas comuns, com impacto tangível na vida de seus habitantes.

Hoje o MERCOSUL não é somente um dado da realidade, é uma construção coletiva e terá o dever que os estados – com sua vontade política – e seus respectivos cidadãos decidam.

Ao mesmo tempo, faz parte de um processo histórico mais amplo de integração na América Latina, que tem suas raízes em nosso passado comum, e que se institucionalizou primeiro com a ALALC e depois, há 40 anos, no âmbito da ALADI; instituição com a qual apresenta múltiplos âmbitos de conexão nos quais se sustentam os vínculos comerciais entre seus 13 membros (Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela).

---

**“Em um mundo com novas dinâmicas de comércio o MERCOSUL deve se integrar melhor a estas correntes.”**

O Tratado de Assunção é a peça fundacional do MERCOSUL, os princípios e objetivos refletidos nesse instrumento continuam vigentes 30 anos depois. A promoção do crescimento econômico de seus membros como meio para melhorar as condições de vida de seus cidadãos tem sido uma constante que tem guiado o espírito do bloco.

A visão dos Estados Partes da integração como caminho para alcançar maiores níveis de desenvolvimento econômico tem sido outra constante na vida do MERCOSUL, e é o que tem marcado sua resiliência em um contexto internacional mutável.

Durante estes trinta anos de vida, o MERCOSUL tem transitado por diferentes etapas que respondem aos desafios que o cenário internacional apresenta e à vontade política dos sócios sobre a melhor maneira de enfrentá-los.

Atualmente, atravessamos uma etapa onde os sócios estão destinados a encontrar denominadores comuns para avançar com dinamismo em uma agenda comercial e social que resgate os objetivos primordiais do Tratado de Assunção e lhes permita atender as necessidades, desafios que apresenta o presente e as demandas que seus cidadãos possuem.

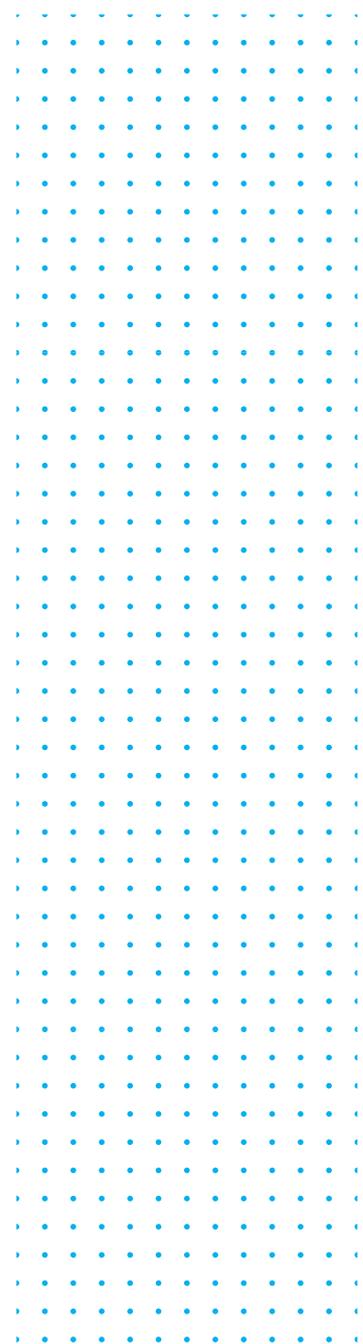
Nesta busca de denominadores comuns, muitas vezes se propõe um tipo de dilema sobre alternativas ou modalidades que promovem uma visão de maior abertura e mais moderna do MERCOSUL, quando na realidade elas são complementares e compatíveis com o espírito do Tratado de Assunção.

Com motivo desta data emblemática, cabe refletir sobre as conquistas alcançadas no cumprimento dos objetivos do Tratado de Assunção e os desafios que ainda se encontram pendentes para alcançá-las, no âmbito de um contexto histórico totalmente diferente ao de 30 anos atrás.

## Nosso compromisso inicial

O Tratado de Assunção nos fixa um objetivo principal e desafiante a nosso projeto de integração.

*“Os Estados Partes decidem constituir um Mercado Comum, que deverá estar estabelecido a 31 de dezembro de 1994, e que se denominará “Mercado Comum do Sul...”  
Art. 1º do Tratado de Assunção.*



O texto do artigo primeiro estabelece que para a construção deste espaço regional será necessária a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, o estabelecimento de uma tarifa externa comum, a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais e o compromisso dos Estados de harmonizar suas legislações, entre outros.

Ao repassar rapidamente este artigo, desde o presente, podemos fazer três afirmações: a tarefa proposta é muito ambiciosa; avançamos para ela; ainda nos falta muito por realizar e melhorar.

## Integração ambiciosa

### Aspectos Comerciais

O processo de construção do Mercado Comum implica um projeto ambicioso centrado no comercial como principal motor de desenvolvimento. Os primeiros anos desta construção foram de grande dinamismo, focalizado em um grande aumento do comércio intra-MERCOSUL.

O MERCOSUL é hoje a quinta economia mundial, com quase 300 milhões de cidadãos e onde convive uma grande biodiversidade natural, que é fonte energética e de alimentos.

Em matéria comercial, desde sua criação o MERCOSUL tem tido um papel fundamental no desenvolvimento econômico de seus Estados Partes, permitindo uma maior integração produtiva entre os sócios por meio da geração de cadeias regionais de valor, bem como o acesso a novos mercados por meio de negociações externas. Esses elementos têm se traduzido em uma melhora na qualidade de vida de seus cidadãos, sendo, portanto, sua principal razão de ser.

Em seus trinta anos de história, o processo de integração do MERCOSUL tem transitado por diversas etapas, marcadas por contextos regionais e mundiais particulares. Embora, ao longo dessas diferentes etapas, o processo tem se aprofundado até constituir-se em uma zona de livre comércio com uma cobertura quase universal, o valor do comércio intrarregional entre os membros tem sido mutável, respondendo isso a diferentes fatores.

Em uma primeira etapa, consolidada com o Tratado de Assunção, experimentou-se um forte dinamismo nas taxas de crescimento anual do comércio existente entre os quatro países. Isto se explica principalmente pela liberalização do comércio preferencial ocorrida entre os Estados Parte por meio da implementação do Programa de Liberação Comercial e o Regime de Adequação Final durante a década de noventa.

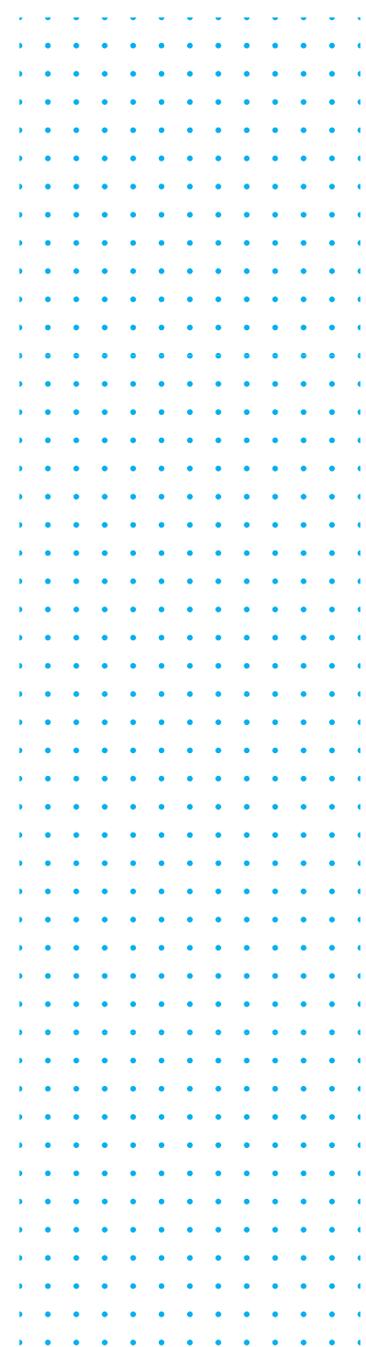
Em 1990 as exportações intrarregionais do MERCOSUL representavam simplesmente 8,9% do total exportado pelo bloco. Essa cifra duplicou-se rapidamente a 20,2% em 1995 e chegou a representar 25,3% do total exportado em 1998. Este contraste é ainda mais notório se for comparado com o ocorrido na década de oitenta, prévio à constituição do MERCOSUL, período caracterizado pelo endividamento externo e o protecionismo na região, onde o grau de integração comercial destas economias tinha escasso valor.

A expansão dos fluxos comerciais na primeira década foi acompanhada por um desenvolvimento institucional que permitiu avançar ao cumprimento dos objetivos propostos.

No entanto, este período de expansão foi seguido por uma crise de desvalorização das moedas nacionais que atingiu fortemente às economias da região entre 1999 e 2002. Devido a este contexto, as exportações intrarregionais caíram a 11,9% do total exportado pelo bloco em 2003, marcando assim as cifras mais baixas desde sua conformação.

A partir dos anos posteriores, há uma recuperação nas economias que se viu refletida nas cifras de comércio intrabloco. Por exemplo, durante o ano 2008 as exportações intrarregionais representaram 14,7% do total exportado. Esta recuperação foi acompanhada de um relançamento da agenda interna, onde não só se buscou avançar no aperfeiçoamento da zona de livre comércio, mas também fortalecer outros aspectos da integração regional. Apesar disso, não se conseguiu retornar aos níveis de comércio intrarregional alcançados durante a primeira década de vida do MERCOSUL.

Isto responde a diferentes fatores, entre os quais podemos mencionar principalmente o aprofundamento da participação da China e de outras economias asiáticas no comércio exterior dos sócios do bloco – que ganharam participação a partir do século XXI – e o aumento da demanda dos países desenvolvidos pelos



produtos que exporta o MERCOSUL.

Na atualidade, o grau de comércio intrarregional do bloco continua apresentando níveis similares, sem ter conseguido recuperar as cifras alcançadas em seu início. Frente a isso, os sócios têm tomado uma atitude proativa por meio de ações pontuais, como a negociação para a inclusão de novos regimes comerciais que regulem o espaço intrarregional e a atualização e aprovação de normativa moderna em diferentes âmbitos para aperfeiçoar a zona de livre comércio e impulsionar os fluxos comerciais entre os Estados Partes.

Desde a conformação do MERCOSUL, o comércio intrarregional tem trazido maior diversificação às cestas exportadoras dos sócios, conferindo um perfil menos "primário" e com maior conteúdo tecnológico referente à relação ao que os membros exportam ao resto do mundo. Exemplo disso é o desenvolvimento do comércio intraindustrial que se gerou em alguns setores, como, por exemplo, no automotivo. No caso específico do Uruguai, tem permitido desenvolver o comércio intrarregional de indústrias intensivas em manufaturas agropecuárias (lácteos) e não agropecuárias (químicos e plásticos). Não obstante, há ainda muito por melhorar neste aspecto.

Nestas três décadas de história, o MERCOSUL tem se consolidado como um importante fornecedor mundial de insumos chave, particularmente em setores primários e da indústria agropecuária com altos níveis de valor agregado. Nesse sentido, o bloco se posiciona em uma das regiões que tem a capacidade potencial de alimentar à maior quantidade de pessoas do mundo, com produtos que cumprem com exigentes padrões fitossanitários e de qualidade.

## Aspectos políticos e sociais

O MERCOSUL, nestes 30 anos, gerou um importante acervo jurídico que abrange as múltiplas facetas da integração regional.

Ao Tratado de Assunção, seguiram outros instrumentos fundacionais do processo de integração que o completaram: o Acordo de Complementação Econômica Nº 18 (ACE 18), o Protocolo de Ouro Preto, o Protocolo de Ushuaia sobre compromisso democrático no MERCOSUL, o Protocolo de Olivos sobre solução de controvérsias, o Protocolo de Assunção sobre compromisso com a promoção e proteção dos direitos humanos e o

Protocolo constitutivo do Parlamento do MERCOSUL.

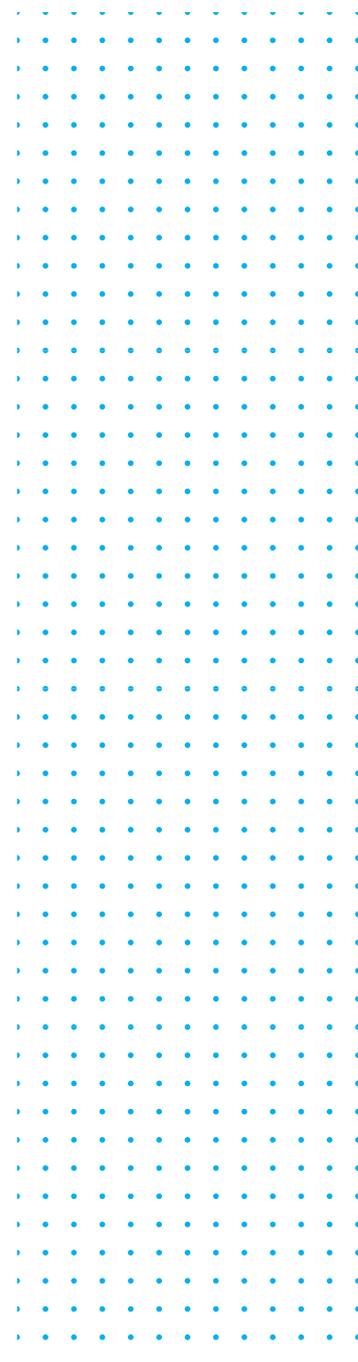
Às normas denominadas fundacionais, foram adicionadas, também, um conjunto de mais de 3800 normas de direito derivado (Decisões, Resoluções e Diretrizes).

Grande parte desta normativa compreende dimensões da integração como democracia, direitos humanos, mobilidade migratória, residência, trabalho, previdência social, educação, transporte, cooperação judicial, extradição, meio ambiente, direitos do consumidor, localidades fronteiriças vinculadas, entre outros. Nesse sentido, o MERCOSUL, em seus 30 anos de existência, concretizou mais de 100 Acordos não enfocados diretamente na área do comércio de bens, mas que complementam a integração econômica e social de sua população.

A chamada “agenda de direitos” ou “agenda cidadã” não é somente relevante e valiosa por si só pelo impacto que tem na qualidade de vida de nossos habitantes, mas que impacta diretamente no comércio de serviços e é resultado de uma variável fundamental na definição do ambiente econômico para a radicação de investimentos.

Em cada uma dessas categorias existem acordos e disposições pensados e projetados para facilitar a vida cotidiana dos cidadãos do MERCOSUL, com impacto direto e positivo. Exemplo disso são a circulação no espaço ampliado, sem visto e com o simples documento de identificação nacional (cédula de identidade); a tramitação rápida da residência temporária; a circulação em zonas fronteiriças vinculadas e os direitos outorgados aos cidadãos que possuam o documento de Trânsito Vicinal Fronteiriço (trabalho, educação, saúde); a cooperação consular por meio das representações de qualquer Estado Parte no território de um terceiro; o reconhecimento dos direitos de previdência social aos trabalhadores que prestem ou tenham prestado serviços em qualquer Estado Parte; a mobilidade acadêmica para cursar estudos primários, secundários e terciários e reconhecimento de estudos e títulos; o reconhecimento das carteiras de motorista emitidas por qualquer Estado Parte; a placa MERCOSUL que permite a livre circulação dos veículos; o reconhecimento do seguro de responsabilidade civil contratado em qualquer Estado Parte, entre outros.

Este trabalho de desenvolvimento normativo, que apresenta



ainda importantes desafios, é o produto de anos de trabalho em conjunto e importantes níveis de consenso alcançados mediante a coordenação técnica e interinstitucional a diferentes e amplos níveis de governo, não só entre os membros fundadores do MERCOSUL, mas também com os Estados Associados que fazem parte de vários destes instrumentos.

## Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM)

Em sua configuração atual, o Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) possui uma carteira de 49 projetos em um total de 1.548,6 milhões de dólares, dos quais 1.004,5 milhões correspondem a fundos não reembolsáveis.

Os projetos desenvolvidos pelo Uruguai e que se encontram em diferentes fases de execução representam 27,9% (algo mais de 280 milhões de dólares) destes recursos e correspondem a 16 projetos nacionais, aos quais se somam dois projetos plurinacionais (um já executado e outro em execução) e um binacional entre o Uruguai e o Brasil.

Por exemplo, um dos projetos emblemáticos que desenvolveu o Uruguai no âmbito do FOCEM foi o que permitiu a construção da interconexão elétrica Uruguai-Brasil. A partir da interconexão, inaugurada em 2017, o Uruguai exportou energia ao Brasil por valor de 202.683.163 dólares estadunidenses.

Além da importância que tem tido o FOCEM para o desenvolvimento de projetos nacionais em matéria de infraestrutura, cabe assinalar muito especialmente o papel que desempenhou recentemente no âmbito da emergência sanitária gerada pela COVID-19. Os sócios do MERCOSUL aprovaram a expansão do projeto plurinacional do FOCEM "Investigação, educação e biotecnologias aplicadas à saúde" que permitiu a designação imediata (abril de 2020) de um total de US\$ 5.807.500 de recursos não reembolsáveis destinados em sua totalidade ao desenvolvimento de capacidades de diagnóstico e sorodiagnóstico da região.

O projeto continuou recebendo fundos durante todo o ano 2020, totalizando US\$ 9.362.037 de recursos não reembolsáveis destinados à compra de insumos, equipamentos e testes de diagnóstico.

Os projetos nacionais, binacionais e plurinacionais desenvolvidos durante esta primeira etapa do FOCEM refletem com clareza o importante potencial que tem este instrumento para o tratamento das assimetrias e a execução de projetos de caráter estratégico de interesse para os quatro Estados Partes.

O FOCEM tem sido uma ferramenta inovadora e muito importante do MERCOSUL e seu processo de integração. Modernizá-lo e adaptá-lo a um objetivo de superação ao de seu início, fomentando ainda mais a execução de projetos plurinacionais e com um impacto direto nos canais da integração, é um desafio que deve ser levado a frente nos próximos anos.

## MERCOSUL plataforma para o exterior

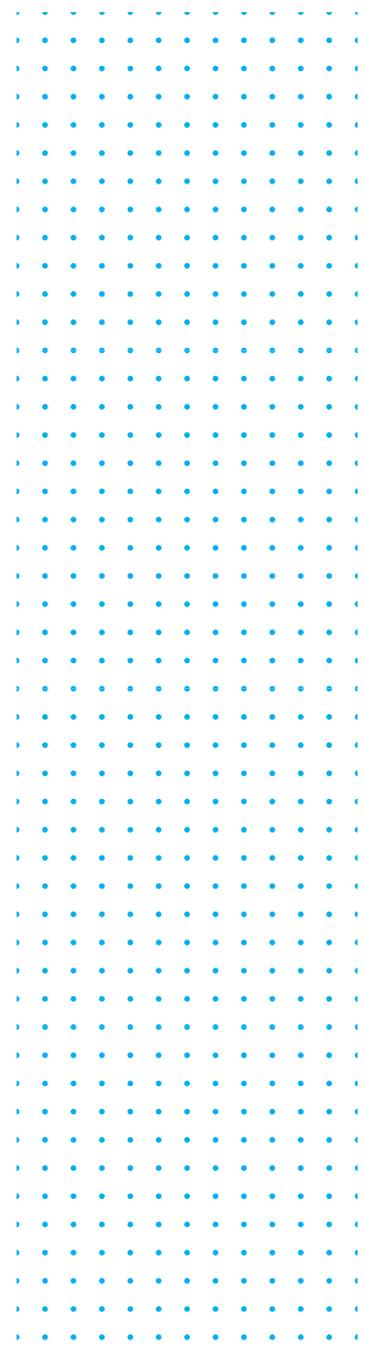
Para o Uruguai, é fundamental aproveitar as múltiplas oportunidades que um mundo cada vez mais globalizado e interconectado nos oferece, e acreditamos que o MERCOSUL deve seguir sendo nossa principal plataforma de acesso a novos mercados que nos permitam alcançar mais e melhores horizontes para a inserção econômica internacional de nossos países.

O MERCOSUL é fundamental para o comércio exterior uruguaio, sobretudo para setores como lácteos, malte, químicos, plásticos e arroz. A participação da indústria na oferta exportável do Uruguai ao MERCOSUL é substancialmente maior do que a outros destinos.

O Uruguai coloca um terço de suas exportações nos países desenvolvidos (Europa e EUA), outro terço no mercado asiático e outro terço na região latino-americana, do qual quase sua totalidade se dirige aos países do MERCOSUL.

De acordo com os últimos dados comerciais, a participação do Uruguai no MERCOSUL supôs uma economia anual estimada de US\$ 214 milhões por conceito de tarifas (tomando o ano 2018 como referência). Isso demonstra que segue sendo o Acordo Comercial mais importante alcançado por nosso país.

Como Estado Parte, o Uruguai conta também com Acordos Comerciais vigentes que lhe outorgam acesso preferencial a



mercados como Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru, Israel, Cuba, Índia, Egito e SACU (União Aduaneira da África Austral).

Nos últimos anos, o MERCOSUL tem conseguido um maior alinhamento nos interesses de inserção de seus quatro membros.

Embora reconheçamos que a velocidade das negociações extrabloco deva respeitar as sensibilidades e necessidades internas dos Estados Parte, é crucial que cada um dos sócios fundadores realize seus melhores esforços para seguir avançando. O MERCOSUL não pode perder dinamismo nem capacidade de adaptação.

O mundo do Século XXI deve ser o da integração, o da busca de um futuro melhor por meio da complementariedade, da cooperação e da solidariedade, mais ainda sim se tratam de povos irmãos, como é o caso dos países do MERCOSUL, que compartilham mais do que fronteiras, pois estão unidos por objetivos comuns de desenvolvimento, prosperidade e convivência pacífica.

O MERCOSUL hoje é uma marca reconhecida internacionalmente que, embora seja aperfeiçoável, gera cada vez mais interesse nos principais sócios comerciais e atores internacionais. O exemplo mais destacável disso é o avanço nas negociações com a União Europeia, sendo uma prova palpável de que, quando o bloco atua alinhando seus interesses, é capaz de manter uma agenda de negociações eficiente, com sócios comerciais relevantes e adotando disciplinas e compromissos modernos. Ele se aplica para o Acordo com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA).

Em referência ao Acordo com a União Europeia, seja pelo tempo que está sendo investido nas negociações ou porque ainda resta certo caminho a percorrer para sua assinatura e entrada em vigor, o que devemos resgatar é a vontade e a persistência dos Estados Parte do MERCOSUL para seguir empurrando este instrumento chave para o desenvolvimento. É inegável que esta experiência nos trouxe importantes lições, e o Uruguai está comprometido a capitalizá-las, evitando cair nos mesmos obstáculos do passado.

Igualmente, o Uruguai está comprometido a fazer todos os esforços necessários para a rápida conclusão das negociações

que o MERCOSUL tem em andamento com a Coreia do Sul, o Canadá, Singapura e o Líbano, ao mesmo tempo que promove o lançamento de novas negociações comerciais com sócios de especial interesse comercial.

Acreditamos que é momento de abrir outras portas, de transitar novos caminhos, de diversificar nossos laços, de nos abirmos genuinamente para o mundo, contemplando as potencialidades de nossa produção nacional e fazendo com que seja cada vez mais competitiva.

O Uruguai tem muito a oferecer e estamos ávidos de explorar o que podemos intercambiar com outros países e outros blocos, pois estamos convencidos de que o comércio exterior é uma de nossas mais sólidas ferramentas de desenvolvimento.

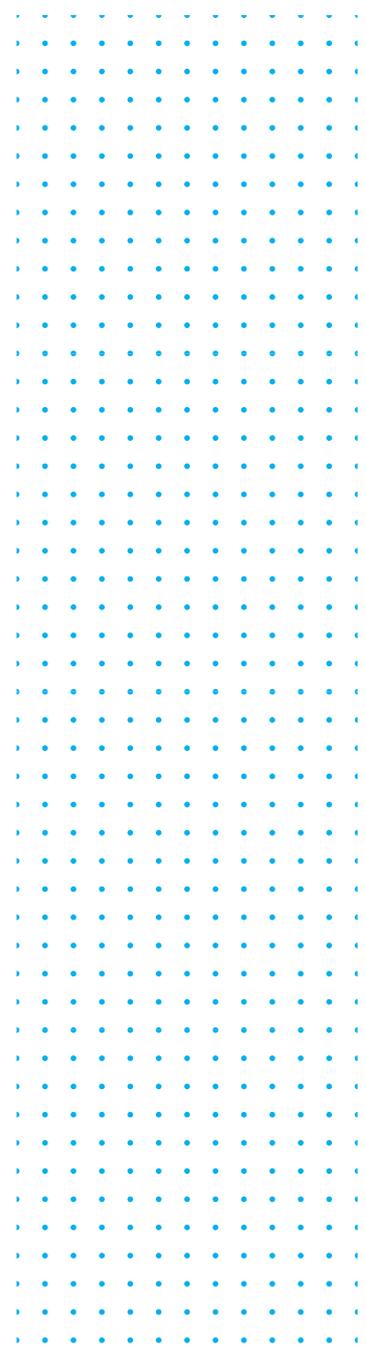
## Nossa atualidade: um MERCOSUL que avança mas reflete nossas dificuldades

Está claro para nós que o projeto de integração do MERCOSUL é ambicioso e obtivemos importantes conquistas durante estes 30 anos. Sendo este dia 26 de março uma data de celebração, também deve sê-lo de reflexão crítica.

Temos ainda dificuldade para obter uma plena circulação de bens, serviços e fatores produtivos. A coordenação macroeconômica, de políticas industriais, fiscais, monetárias, agrícolas etc., ainda não estão plenamente implementadas e/ou possuem graus díspares de integração.

Com relação à harmonização de legislação, foram realizados avanços importantes, embora ainda se requeira uma maior profundidade e maior grau de internalização.

Resolver os problemas reais de nossos cidadãos, melhorar sua qualidade de vida e colocar à integração como um ponto central de nosso desenvolvimento, tem de ser o olhar que nos ajude a vencer todas as dificuldades que se nos apresentam dia a dia.



## O mundo nos interpela

O MERCOSUL completa seus 30 anos em um mundo muito diverso do que o viu nascer. Novos atores têm se posicionado no cenário político e econômico internacional, processando mudanças nos fluxos comerciais e em sua composição.

Em um mundo com centros de poder mais diversificados, com novas dinâmicas de comércio, com menores distâncias, o MERCOSUL deve integrar-se melhor a estas correntes.

Por isso que é cada vez mais importante explorar e avaliar novas modalidades para nos integrarmos e negociarmos com o mundo. O MERCOSUL transitou 30 anos como o processo mais importante e exitoso da região, em grande parte graças a sua capacidade de consenso e adaptação aos interesses de seus sócios. É necessário que continue neste caminho, com capacidade crítica e inovação, sempre buscando ser uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento de nossos povos. Neste caminho, sempre encontrarão no Uruguai um aliado, apoiando seus sócios e o MERCOSUL.

